ORDEM DOS ADVOGADOS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2019

INDICE

1. HOMENAGEM 3
2. APRESENTAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS 5
3. MISSÃO E OBJECTIVOS 5
4. ESTRUTURA ORGÂNICA E ÓRGÃOS SOCIAIS 6
5. INDICADORES RELEVANTES..... 10
6. RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DO PODER..... 13
7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS 15
8. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS..... 18
9. RELAÇÕES COM A SOCIEDADE 19
10. COMUNICAÇÃO E IMAGEM..... 21
11. CONSELHO GERAL
    a. PELOUROS 24
    b. DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS..... 28
    c. SERVIÇOS DE APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....64
    d. SERVIÇOS DE APOIO A COMEMORAÇÕES E EVENTOS 65
    e. REORGANIZAÇÃO INTERNA..... 65
12. ACTIVIDADES, COMEMORAÇÕES E EVENTOS NO ÂMBITO DO CONSELHO GERAL..... 66
13. CONSELHOS REGIONAIS 75
14. CONSELHOS DE DEONTOLOGIA 79
15. DELEGAÇÕES E AGRUPAMENTO DE DELEGAÇÕES..... 82
16. ACTIVIDADES, COMEMORAÇÕES E EVENTOS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS E DELEGAÇÕES 83
17. ACTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELAS COMISSÕES E INSTITUTOS..... 84
18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 86

CONSELHO GERAL | RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DO ANO 2019

CONSOLIDADO | RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DO ANO 2019

ANEXOS

HOMENAGEM

A todos as Advogadas e Advogados falecidos no ano de 2019

A Bruno Vicente
A César Santa Cruz
A Ferreira Domingues
A M R Gonçalves
A Matias
A Matos de Almeida
A Mendes de Freitas
A Menezes Falcão
A Sousa Brazão
A Teixeira
Aires Soares
Albertino de Oliveira
Alcindo Costa
Alexandra Esquetim Águas
Alfredo Leal de Faria
Alice Fernandes
Ana de Sousa Machado
Andrade Pereira
André Gonçalves Pereira
António Barbosa
António Carvalho Baptista
António Chagas
António Manuel Arnaut
António Moreira Barbosa
António Nogueira Tavares
António Palos
António Tavares P Castro
Antunes Ferreira
Armando J Andrade
Armelim Oliveira
Arnaldo Matos
Augusto Gomes
Augusto Ribeiro
Avelino da Silva
C Gonçalves
C Vigário
Cadima Ribeiro
Carlos Chagas
Carlos Diogo
Carlos Ripamonti
Carlos Santos Ribeiro
Cláudia Alcaçarenho
Crespo Diogo
Delfim Soares
Deodato Coutinho
Eduardo Jorge de Melo e Abreu
Eduardo Pedrozo
Elisabete Delgado
Eliseu Correia Vinha
Emanuel Rodrigues
Esteves de Almeida
Fernando de Azevedo Mendes
Fernando Silva Mendonça
Fernando Varandas
Filipe Castelão
Flávio Eduardo Beleza Laranjeira
Francisco Bento
Georgina Sousa
Gomes dos Santos
Gomes Ribeiro
Gouveia Ferreira
Graciete Monteiro
Grincho Ribeiro
Henrique Borges
Homem Ribeiro
J A Cunha e Silva
J Moura Semedo
J Rodrigues Conceição
João Ladeira
João Machado Vaz
João Malheiro
João Pedro Pimentel Oliveira
João Pereira
João Ricardo Lima
João Torres do Valle
João Viegas de Carvalho
Joaquim Correia Pires
Joaquim Graça
Jorge de Alarcão Potier
Jorge Rocheta Cabrita
José Albertino Gomes
José António de Albuquerque Dias
José António Martins Leitão
José Ataíde
José Carlos Peixoto
José Costa Leite
José Fonseca
José Joaquim Martins
José Miguel Dias Pereira
José Monteiro

José Rocha
José Teixeira Mateus
Júlio Correa Mendes
Lidia Leitão Correia
Lucas dos Santos
Lúcio Oliveira
Luis A Vinhas Frade
Luis Filipe Oliveira Martins
Luis Gorjão Henriques
Luis Miguel Loureiro
Luis Paredes
Luiz Pinto da Silva
M Albertina Simões Correia
M Jesus Martins
M L Anselmo
Manuel António da Silva
Manuel Durão
Manuel José Homem de Melo
Manuel Luís de Carvalho Costa
Manuel Rodrigues
Margarida Gaspar
Mari Artur Duarte
Maria Cândida Duarte
Maria Cecília Gale
Maria Dinah Fialho
Maria do Carmo Barbosa
Maria Emília de Vasconcelos
Maria Helena Bourbom
Maria João Jesus
Maria Lourdes Saraiva Marques
Maria Lourdes Teixeira Neves
Maria Oliveira Gonçalves dos Santos
Mário Duarte
Mário Esteves de Oliveira
Mário Ferraz de Oliveira
Mário Guerrinha Raposo
Marta Sequeira
Miguel Cruz Rodrigues
Miguel Faria
Mira da Silva
Natividade de Almeida Carneiro
Nuno Pascoal
Nuno Pinto da Costa Lumbrales
Orisa Rebelo dos Santos
Osvaldo Silva
Paula Covas Pinto
Paulo Cardona de Matos
Pedro Barbosa Pinto
Pedro Pestana de Vasconcelos
Pedro Silva Lopes
Pedro Vadre E Alvim
Pignatelli Goes
Rafael Menezes Perszel
Raul Peixoto
Rosária C de Sousa
Rui Severino
Ruy Jayme Corrêa de Mello
Seabra de Magalhães
Sebastião José Geraldes Barba
Silva Bernardo
Tavares dos Santos
Valdemar Castro Chaves
Vaz Serra e Sousa
Ventura Castelhano
Vitor Cabrinha
Vitor Cruz
Vitor Manuel Rodrigues
Vitorino Pesquita

APRESENTAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

A Ordem dos Advogados (OA) é a associação pública representativa dos profissionais que, exercem a advocacia, e tem sede em Lisboa. É uma pessoa colectiva de direito público que, no exercício dos seus poderes públicos, desempenha as suas funções, incluindo a função regulamentar, de forma independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma na sua actividade. [Artigo 1º do EOA]

O Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA), aprovado pela Lei nº 145/2015, de 9 de Setembro, estabelece o seu regime jurídico e de funcionamento enquanto associação pública profissional, assim como suas atribuições e competências que respeita à actividade dos Advogados e Advogados estagiários nela inscritos no exercício.

A OA tem âmbito nacional, e está internamente estruturada em sete regiões com sedes em Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Évora, Ponta Delgada e Funchal.

MISSÃO E OBJECTIVOS

Nas suas atribuições, consagradas no próprio Estatuto, a OA tem, por um lado, uma ligação intrínseca à defesa do Estado de Direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, por lado, o dever de colaboração na administração da Justiça, e ainda, o dever constitucional de assegurar o acesso ao direito e aos tribunais por parte dos cidadãos. Estas atribuições posicionam a OA enquanto parceiro interveniente de relevo no sistema de Justiça em Portugal.

No que respeita ao exercício da Advocacia, a OA assume igualmente um papel determinante na atribuição do título profissional de advogado e certificação da qualidade de advogado estagiário, bem como na regulamentação do acesso e exercício da profissão. À OA cabe ainda zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de Advogado, promovendo a formação inicial e permanente dos Advogados e o respeito pelos valores e princípios deontológicos, assim como, representar a profissão de Advogado e defender os interesses, direitos, prerrogativas e imunidades dos seus membros, denunciando perante as instâncias nacionais e internacionais os atos que atentem contra aqueles.

O reforço da solidariedade entre os Advogados, bem com o exercício, em exclusivo, do poder disciplinar sobre os advogados e advogados estagiários, são outras das atribuições da OA cujo elenco se encontra enumerado no Artigo 3º do EOA.

ESTRUTURA ORGÂNICA E ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos do EOA a **"***Ordem dos Advogados é representada em juízo e fora dele pelo bastonário, pelos presidentes dos conselhos regionais e pelos presidentes das delegações ou pelos delegados, conforme se trate, respetivamente, de atribuições do conselho geral, dos conselhos regionais ou das delegações.*" [Artigo 9º do EOA]

Órgãos nacionais	Órgãos regionais e locais
O congresso dos advogados portugueses	As assembleias regionais
A assembleia geral	Os conselhos regionais
O bastonário	Os presidentes dos conselhos regionais
O presidente do conselho superior	Os conselhos de deontologia
O conselho superior	Os presidentes dos conselhos de deontologia
O conselho geral	As assembleias locais
O conselho fiscal	As delegações e os delegados

O **Bastonário e o Conselho Geral da Ordem dos Advogados** foram eleitos a 6 de Dezembro de 2016 e tomaram posse a 11 de Janeiro de 2017, na sede da Ordem dos Advogados, para o Triénio 2017-2019.

Bastonário Guilherme Figueiredo

Vice-Presidentes
Ricardo Brazete
Rui Assis
Manuel G Henriques
Ana Isabel Barona
Ana Rita Duarte de Campos

Vogais
António Gaspar Schwalbach
Isabel Cunha Gil
Isabel Malheiro Almeida
Isilda Alves **(até 7 de Março)*
Joana M de Abreu
Jorge Manuel Pote
José Luís Esquível Pereira
Pedro Alves Loureiro
Pedro Botelho Gomes
Pedro Cabeça
Pedro Costa Azevedo
Regina Franco de Sousa
Rita Branco
Silva Cordeiro
Zacarias de Carvalho

São titulares dos restantes órgãos nacionais e regionais da OA no Triénio 2017-2019

Triénio 2017-2019	
Presidente e Membros do Conselho Superior	Luís Menezes Leitão
Presidente e Membros do Conselho Fiscal	Jorge Bacelar Gouveia
Conselhos Regional e de Deontologia de Lisboa	A Jaime Martins e Paulo Graça
Conselhos Regional e Deontologia do Porto	Paulo Pimenta e Francisco Vellozo Ferreira
Conselhos Regional e de Deontologia de Coimbra	Jacob Simões Maria José Vicente
Conselhos Regional e de Deontologia dos Açores	Elias Pereira e Rosa Ponte
Conselhos Regional e de Deontologia de Évora	Carlos Florentino e HM Moreira Testa
Conselhos Regional e de Deontologia da Madeira .	* Brício Martins de Araújo/Paula Margarido e Ricardo Pereira
Conselhos Regional e de Deontologia de Faro	José Leiria e Anatília Mascarenhas

Em virtude da renúncia ao cargo de Brício Martins de Araújo, Paula Margarido tomou de posse como Presidente do Conselho Regional da Madeira no dia 25 de Setembro, na sede da Ordem dos Advogados, em Lisboa.

Durante o ano de 2019 tiveram lugar 22 reuniões do Conselho Geral.

Realizaram-se ainda, na sede da OA, em Lisboa, das seguintes Assembleias Gerais:

30 de Abril | Assembleia Geral para discussão e votação do Relatório e Contas do Conselho Geral e discussão e votação do Relatório e Contas Consolidadas da Ordem dos Advogados relativo ao ano de 2018

28 de Junho | Assembleia Geral Extraordinária para discussão e deliberação sobre o Regulamento Eleitoral e sobre o Regulamento de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

29 de Julho | Assembleia Geral Extraordinária para discussão e deliberação da proposta de Regulamento Eleitoral

25 de Novembro | Assembleia Geral para discussão e votação do Orçamento do Conselho Geral e do Orçamento Consolidado para o ano de 2020

O Bastonário e o Conselho Geral reuniram ainda com os Presidentes dos Conselhos Regionais para partilha de informação, análise de questões relevantes no contexto da Ordem e da Advocacia em geral, e discussão e uniformização de procedimentos ao nível da gestão financeira e de recursos humanos de forma integrada e transversal a todos os órgãos da OA.

Eleições para os órgãos da Ordem dos Advogados | Triénio 2020 – 2022

Na sequência da publicação do Regulamento Eleitoral o qual determinou que a eleição para os órgãos da Ordem dos Advogados para o Triénio 2020-2022 seria realizada *"por recurso ao voto eletrónico recorrendo a plataforma que deverá garantir a autenticidade e caráter secreto do voto de cada eleitor bem como auditabilidade de todo o processo"*, foi constituída a Comissão Eleitoral, por deliberação do Conselho Geral de 6 de Setembro nos termos do n.º 1 do artigo 3º do RE.

Foi designado Presidente da Comissão Eleitoral o Vice-Presidente do Conselho Geral, Ricardo Brazete, comissão que integrou ainda os seguintes Advogados: Isabel Cunha Gil, Conselho Geral; Padrão Branco, Conselho Superior; Miguel Salgueiro Meira, Conselho Fiscal; João Sampaio, Conselho Regional de Lisboa; Paula Costa, Conselho Regional do Porto; Jacob Simões, Conselho Regional de Coimbra; José António Belchior, Conselho Regional de Évora; Carvalhinho Correia, Conselho Regional de Faro; José Carlos Pinheiro Gonçalves, Conselho Regional da Madeira; Osvaldo Melo, Conselho Regional dos Açores; António Costeira Faustino, Direcção da CPAS; António André Martins, Conselho de Fiscalização da CPAS; e João Dias Ferreira, Delegação da Lourinhã.

Toda a informação sobre o processo eleitoral para o Triénio 2020-2022 está disponível aqui destacando-se o seguinte:

Propostas de candidatura aos órgãos da Ordem dos Advogados | Apresentadas perante a Comissão Eleitoral aos diversos órgãos da disponíveis aqui

Convocatória | Deliberação da Comissão Eleitoral "Em vista do acto eleitoral para os diversos órgãos da Ordem dos Advogados e da CPAS – Triénio 2020-2022, e em virtude de o Senhor Bastonário, no uso da competência conferida pelo artigo 13º, n.º 1, do EOA, pelos artigos 6.º, 7.º,

16.º, 20.º a 27.º do Regulamento da CPAS e pelo artigo 2º do Regulamento Eleitoral (RE), Regulamento nº 624/2019, aprovado em Assembleia Geral da Ordem dos Advogados, de 29 de Julho publicado no Diário da República, 2ª Série, em 8 de Agosto, ter convocado o acto eleitoral para os próximos dias 27, 28 e 29 de Novembro" Consultar aqui

Mensagem do Bastonário sobre Voto Electrónico disponível aqui

Divulgação de vídeos explicativos da votação electrónica | Vídeo tutorial que explica o processo de votação electrónica e vídeo exemplificativo da recuperação das credenciais de voto.

Resultados do primeiro sufrágio | As eleições da Ordem dos Advogados e da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores realizaram-se nos dias 27, 28 e 29 de Novembro, decorrendo a votação electrónica ao longo de 3 dias para eleição dos órgãos nacionais e regionais da Ordem dos Advogados – Bastonário, Conselho Geral, Conselho Superior, Conselho Fiscal, Conselhos Regionais, Conselhos de Deontologia, Direção e Conselho de Fiscalização da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores. Resultados eleitorais disponíveis no portal da OA AQUI

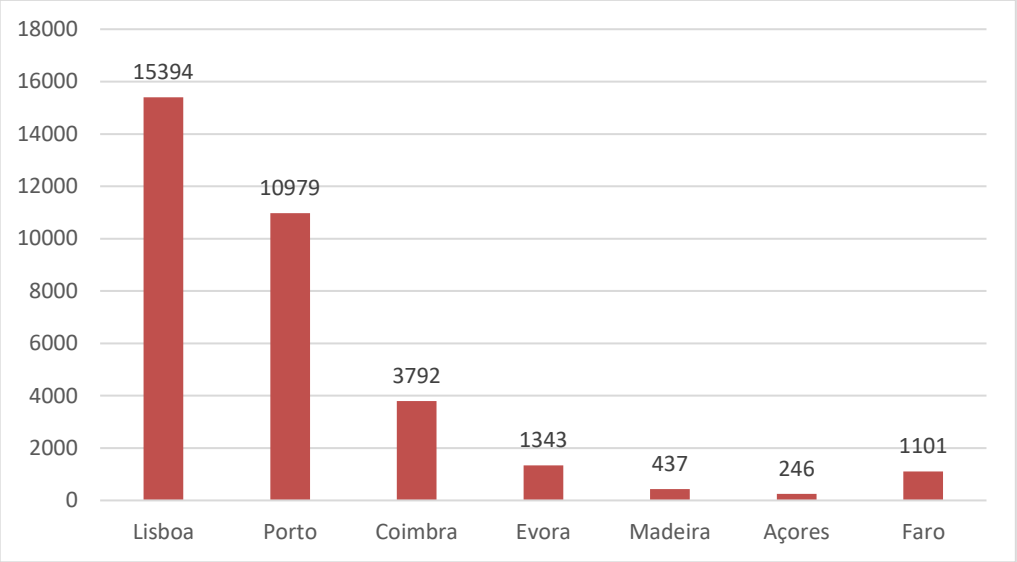
Resultados do segundo sufrágio | Nos dias 11, 12 e 13 de Dezembro decorreu a votação e eleição do Bastonário e Conselho Geral. Os resultados foram anunciados no dia 13 de Dezembro, após o encerramento da plataforma e auditoria da entidade independente INESC-INOV, tendo sido eleito Bastonário da Ordem dos Advogados para o Triénio 2020-2022 o Prof. Doutor Luís Menezes Leitão.

Todo o processo eleitoral foi auditado pelo INESC/INOV.

INDICADORES RELEVANTES

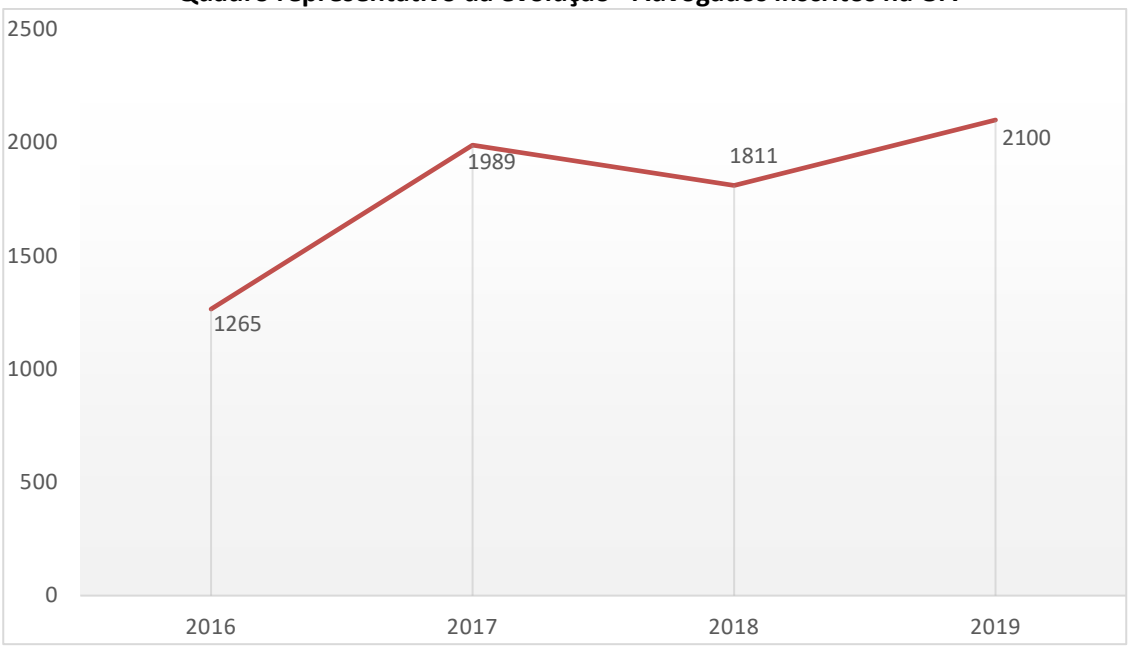
Em 31 de Dezembro de 2019 encontravam-se inscritos na OA 32292 Advogados inscritos distribuídos pelos 7 Conselhos Regionais conforme quadro *infra*.

Advogados inscritos por Conselho Regional

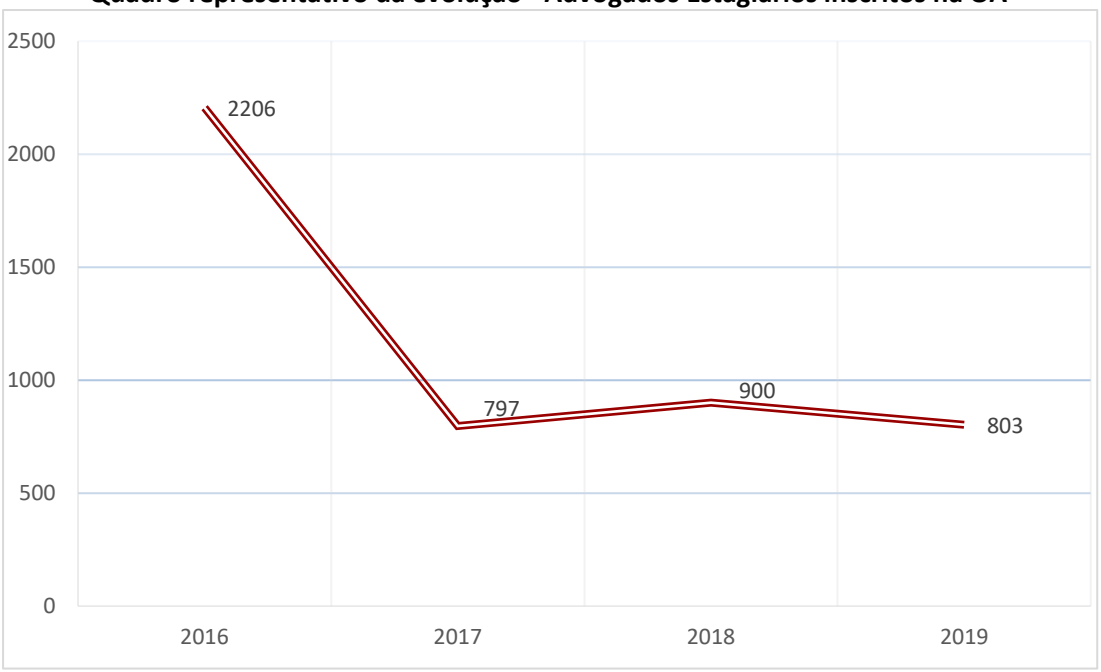


Distribuição por género dos inscritos na Ordem dos Advogados

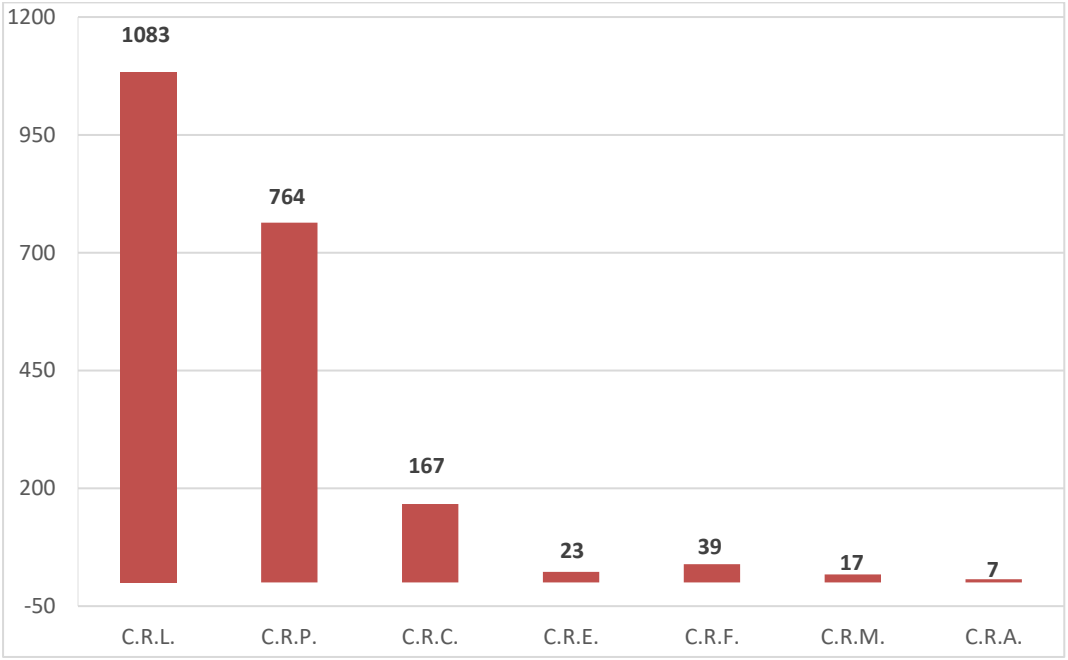
Quadro representativo da evolução - Advogados inscritos na OA



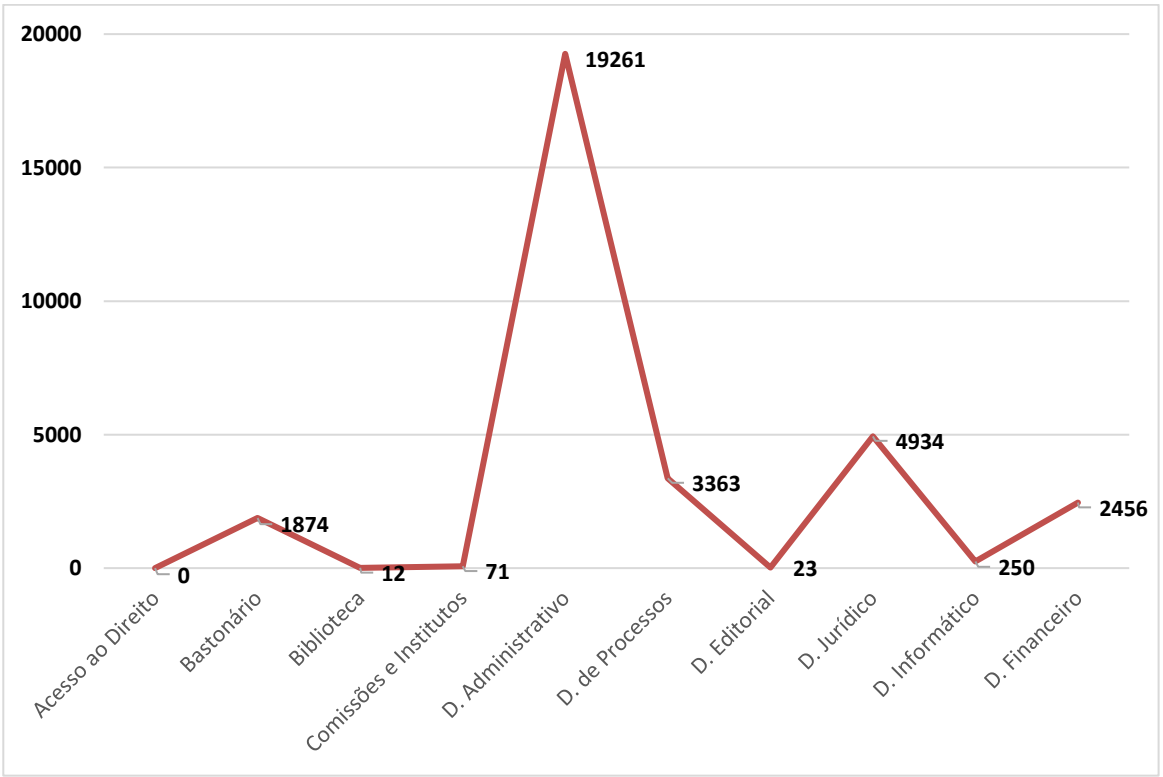
Quadro representativo da evolução - Advogados Estagiários inscritos na OA



Número de novas inscrições de Advogado por Conselho Regional



Em 2019 os serviços do Conselho Geral receberam 32 244 cartas, ofícios, requerimentos e pedidos online



RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DO PODER

Ao longo do ano o Bastonário e o Conselho Geral da OA deram continuidade à consolidação das relações institucionais com os outros profissionais do meio judiciário e do posicionamento do Bastonário e da Ordem enquanto interlocutores essenciais na discussão das questões da Justiça e decisões políticas com impacto no exercício da Advocacia.

A OA projectou para o espaço público de discussão temas com as Custas Judiciais, o Processo de Inventário, o Acesso ao Direito, a Delação Premiada, entre outros, apresentando projectos de alteração, fomentando o debate, explicitando a sua posição quer aos Advogados, quer ao poder executivo, junto da Ministra da Justiça, quer ao poder legislativo, reunindo com representantes de todos grupos parlamentares, quer aos intervenientes da Justiça, Juízes, Magistrados, Solicitadores, Funcionários Judiciais e outros, sempre em estreita ligação com os seus parceiros institucionais naturais, o Supremo Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral da República.

Neste contexto, destaca-se a acção desenvolvida junto dos Grupos Parlamentares, do Governo, do Instituto da Segurança Social, da Autoridade Tributária, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sempre que estiveram em causa o respeito pelos direitos dos Advogados e o exercício da Advocacia.

A OA esteve representada e manteve relações de cooperação com as Faculdades de Direito, com outras instituições privadas e públicas, Associações de Jovens Advogados e Estagiários e com o CEJ (Centro de Estudos Judiciários).

A OA encontra-se representada no Conselho Geral da CPAS, nos termos do Artigo 13º, nº 1, a), por Ana Isabel Barona, Pedro Botelho Gomes e Ricardo Brazete.

Processo Legislativo | Pareceres da Ordem

A OA, nos termos do artigo 3.º, alínea j) do EOA é "*ouvida sobre os projetos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da advocacia e ao patrocínio judiciário em geral e propor as alterações legislativas que se entendam convenientes".*

No ano de 2019, no âmbito desta atribuição a OA pronunciou-se diversas vezes encontrando-se os inúmeros pareceres emitidos pelo Conselho Geral divulgados no portal aqui

Neste contexto, destaca-se a participação da Ordem dos Advogados na Comissão Ministerial que elaborou a Proposta de Lei que altera o Regime do Processo de Inventário, resultado do trabalho conjunto do Conselho Geral e do Ministério da Justiça, e no Grupo de Trabalho criado por iniciativa ministerial para redacção do Projecto da Nova Lei do Acesso ao Direito e aos Tribunais, onde estiveram representados para além da Ordem dos Advogados, o Ministério da Justiça, a DGPJ, a DGAJ, o IGFEJ, a Segurança Social, a Ordem dos Notários e a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução.

Regulamentação da Ordem dos Advogados

Deliberação n.º 217/2019, publicada no DR, 2.ª série, n.º 45, de 05 de Março de 2019 – Deliberação do Conselho Geral aprovada em reunião plenária de 09 de Fevereiro de 2018

Projecto de Regulamento de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo | **Aviso n.º 678/2019**, publicado no DR, 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2019 – Torna público para efeitos de consulta pública o Projecto de Regulamento de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Projecto de Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Geral | **Aviso n.º 7956-A/2019**, publicado no DR, 2.ª série, n.º 88, de 08 de Maio de 2019 – Torna público para efeitos de consulta pública o Projecto de Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Geral

Processo de inscrição dos Advogados no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais | **Deliberação n.º 755/2019**, publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 123, de 01 de Julho de 2019 – Rectificada através da Declaração de Rectificação n.º 717/2019, publicada no DR, 2.ª série, n.º 178, de 17 de Setembro de 2019 - Processo de inscrição dos Advogados no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais

Regulamento Eleitoral | **Regulamento n.º 624/2019**, publicado no DR, 2.ª série, n.º 151, de 08 de Agosto de 2019 – Regulamento Eleitoral aprovado em Assembleia Geral da Ordem dos Advogados de 29 de Julho de 2019

Edital n.º 1229/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 08 de Novembro de 2019 – Listas definitivas dos candidatos às eleições para os órgãos da Ordem dos Advogados e para os órgãos da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores

Projecto de Regulamento do Sistema de Informação da Ordem dos Advogados | **Aviso n.º 17983/2019**, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 218, de 13 de Novembro de 2019 – Torna público para efeitos de consulta pública, o Projecto de Regulamento do Sistema de Informação da Ordem dos Advogados

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito das suas atribuições a OA deve contribuir para o estreitamento das ligações com organismos congéneres estrangeiros. Para tal encontra-se representada nas principais associações internacionais de Advogados com as quais mantém relações de cooperação institucional, reforçando o papel da Advocacia portuguesa no mundo. Neste contexto merecem destaque as iniciativas *infra* indicadas.

A Ordem dos Advogados assinou o **Protocolo Internacional de Apoio Colegial a Advogados**, celebrado em Maio, em Valladolid, no âmbito do XII Congreso de la Abogacia 2019, com vista à cooperação institucional entre as diferentes Ordens com vista a garantir aos Advogados membros de outras organizações a protecção que é conferida aos Advogados da respectiva Ordem. O protocolo foi assinado pelos representantes do Consejo General de la Abogacía Española, Consejo General de la Abogacía Mexicana, Barra Mexicana de Advogados, Ordem dos Advogados Portugueses, Comité Ejecutivo de la Abogacía Colombiana, Organização Nacional de Bufetes Colectivos de Cuba, Conseil de L'Ordre du Barreau de Port-Au-Prince (Haití), e contou com o apoio do CCBE.

O Conselho Geral manifestou **solidariedade com a Ordem dos Advogados do Brasil** através de comunicado de 13 de Agosto "A Ordem dos Advogados Portugueses, tendo tomado conhecimento das gravosas declarações proferidas pelo Presidente da República Federativa do Brasil atacando pessoalmente o Dr. Felipe Santa Cruz, actual Presidente da OAB, com o objectivo óbvio de pôr em causa o respeito devido a este órgão e assim limitar o exercício livre da

profissão de Advogado no Brasil, não pode deixar de manifestar o seu repúdio por tais declarações, solidarizando-se assim com o Presidente da OAB, no seguimento aliás da posição unanimemente adoptada pelos 12 ex-Presidentes da OAB, que, deixando de lado divergências ideológicas, pela primeira vez se posicionaram de forma convergente para apoiar o Presidente da OAB e denunciar tomadas de posição que, mais do que visarem o Presidente da OAB, consubstanciam um ataque a uma advocacia livre e independente, sem a qual não existe Estado de Direito Democrático.Mensagem disponível aqui

O Conselho Geral da OA assinou, em Setembro, a petição liderada pela UIA, para apelar à acção contra a dramática **situação vivida pelos Advogados nas Filipinas**, que foi assinada massivamente por Ordens e Associações de Advogados. Consultar aqui

A Ordem dos Advogados acolheu o **54º Congresso da Fédération des Barreaux d'Europe** (FBE) tendo os trabalhos decorrido na sua sede em Lisboa, de 24 a 26 de Outubro.

Na mesma desta a FBE e o CCBE (Council of Bars and Law Societies of Europe) organizaram, em colaboração com a OA, uma **conferência** conjunta no Centro Cultural de Belém, subordinada ao tema Self-Regulation & Quality in the Legal Profession – "**Auto-regulação e Qualidade na Advocacia"** - com o objectivo de avaliar a situação actual da profissão, com a participação do Presidente do CCBE, José de Freitas, da Presidente do FBE, Silvia Giménez Salinas e, do Bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo. A OA ofereceu um cocktail de boas-vindas aos participantes do Congresso da FBE e membros do CCBE.

No contexto das relações internacionais destaca-se ainda a presença na UALP - União de Advogados de Língua Portuguesa, que integra as Ordens dos Advogados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal, representando actualmente mais de 1 200 000 Advogados. A OAP está representada na UALP pelo Bastonário Guilherme Figueiredo.

Em 11 de Novembro realizou-se a **Assembleia Geral Ordinária da UALP - União dos Advogados de Língua Portuguesa**, na sede da Ordem dos Advogados Portugueses, em Lisboa, na qual constava da ordem de trabalhos, entre outros pontos, a carta ético-deontológica dos Advogados de Língua Portuguesa, a alteração dos Estatutos da UALP e as Eleições dos novos órgãos

dirigentes com a presença de todos os seus membros.

A Assembleia-Geral elegeu por unanimidade dos presentes, aos seguintes membros da Direcção da UALP – União dos Advogados de Língua Portuguesa: Presidente Bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, Luís Paulo Monteiro; Primeira Vice-Presidente Bastonária da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe, Célia Posser; Segundo Vice-Presidente Bastonário da Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau, Basílio Sanca.

A OA encontra-se também representada nas principais instituições internacionais *infra* indicadas nas quais interveio e participou activamente, quer em grupos de trabalhos, quer em encontros promovidos por essas instituições.

AIJA – Association International des Jeunes Avocats

CCBE - Conseil des Barreaux Européens, presidido pelo Advogado português José de Freitas

A Delegação Portuguesa junto do CCBE é chefiada pela Vogal do Conselho Geral Rita Maltez e integra também o Advogado Manuel Cavaleiro Brandão

CIAR - Centro Iberoamericano de Arbitraje

A OA está representada na UIBA pelo Vice-Presidente do Conselho Geral Ricardo Brazete

CNB - Conseil National des Barreaux

A OA está representada no CNB pelo Bastonário Guilherme Figueiredo ECLA

– European Company Lawyers Association

A OA está representada na ECLA através do Instituto das Modalidades de Exercício da Advocacia

EIPA - European Institute of Public Administration

A OA está representada no EIPA pelo Vice-Presidente do Conselho Geral Rui Assis

FBE - Fédération des Barreaux d'Europe

A OA está representada no FBE pela Vice-Presidente do Conselho Geral Ana Rita Duarte de Campos

IBA - International Bar Association

UIBA - Unión Iberoamericana de Colégios y Agrupaciones de Abogados

A OA está representada na UIBA pelo Vice-Presidente do Conselho Geral Ricardo Brazete

UIA - Union Internationale des Avocats

A OA está representada na UIA pelo Advogado Pedro Rebelo de Sousa

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A AO, no âmbito das suas atribuições e no reforço do seu papel institucional, integra os seguintes organismos:

> Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3es), António Pereira De Almeida

> GAFI – Grupo de Acção Financeira (Banco de Portugal), Pedro Tenreiro Biscaia

> Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, João Perry da Câmara

> Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, Isilda Alves

> Comissão de Acompanhamento que coadjuvará a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Isabel Cunha Gil

> Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, Ana Rita Duarte de Campos

> Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior, Martins Igreja

> Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), Pedro Botelho Gomes

> Comissão para a Modernização Administrativa, Guilherme Figueiredo

> Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos, Pedro Cabeça

> Comissão Técnica na área da Governação das Organizações (APQ), Pedro Botelho Gomes

> Conselho de Arbitragem Desportiva do Tribunal Arbitral do Desporto, F. Mendes Silva

> Conselho Geral Estratégico da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Rita Maltez

> Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Prevenção, Cláudia Amorim

> Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Guilherme Figueiredo

> Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, Sandra Horta e Silva

> Conselho Nacional das Ordens Profissionais, Pedro Cabeça

> Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Rui Assis

> Conselho de Prevenção da Corrupção, Rui Patrício

> Conselho Social da Universidade Lusíada, Pedro Cabeça

> Rede Judiciária Europeia Em Matéria Civil E Comercial (RJE-Civil), Miguel de Almada

RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

A OA tem, no contexto das suas atribuições [Artigo 3.º do EOA], entre outras, a incumbência de defender o Estado de Direito e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e colaborar na administração da justiça; e de assegurar o acesso ao direito, nos termos da Constituição.

Uma das principais áreas de interacção da OA com a sociedade é o Acesso ao Direito decorrente também dos deveres do Advogado para com a comunidade [Artigo 90º] no sentido de colaborar no acesso ao direito. Também a Constituição da República Portuguesa, no Artigo 20º estabelece o princípio de que "*A todos é assegurado o acesso ao Direito e aos Tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a Justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.*"

No cumprimento deste desígnio a OA é parte integrante do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais (SADT), tendo em Outubro de 2019 decorrido o 13º Processo de Candidatura dos Advogados ao Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais, do qual resultou a inscrição no SADT de 13545 Advogados.

Nos últimos anos, foram estes os números de inscrição: 10378 (2012), 11038 (2013), 11888 (2014), 11740 (2015), 12278 (2016), 12737 (2017), 13435 (2018) e 13545(2019).

Em resumo, no contexto do trabalho desenvolvido, os números do Acesso ao Direito em 2019 são:

> Indicações para Escalas: 231165

> Nomeações AJ: 223545

> Nomeações urgentes AJ: 52348

Comissão de Peritos Independente | Lesados BANIF e Lesados BES

Na sequência das Resoluções da Assembleia da República nº 44/2018 e 49/2018, a Ordem dos Advogados foi responsável pela designação de peritos para as Comissões de Peritos Independente para analisar a situação dos lesados do BANIF e dos lesados do BES, o reconhecimento da Ordem dos Advogados para participar nesta solução permitiu a realização

de uma das suas atribuições fundamentais, consagrada no artigo 3º do EOA: a defesa do Estado de Direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

As Comissão de Peritos Independente para analisar a situação dos lesados não qualificados do BES (sucursais exteriores) e a Comissão de Peritos Independente para os Lesados do BANIF e tomaram posse a 22 de Abril no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, na presença do Bastonário e do 1º Vice-Presidente do Conselho Geral.

A Comissão de Peritos Independente para analisar a situação dos lesados do BANIF foi constituída pelos Advogados Alexandre Jardim, Presidente, João Moreira da Silva e Catarina São Pedro. Sendo a Comissão de Peritos Independente para analisar a situação dos lesados do BES constituída pelos Advogados Vítor Pereira das Neves, Presidente, João Moreira da Silva e Catarina São Pedro.

A constituição destas Comissões surge na sequência das Resoluções da Assembleia da República nº 44/2018 e 49/2018 que recomendam ao Governo a protecção dos investidores não qualificados no âmbito dos processos do BES/GES e BANIF, não abrangidos pelas soluções já apresentadas a outros grupos de lesados, ponderando a utilização de mecanismos extrajudiciais céleres que permitam a identificação dos casos em que existiram práticas ilícitas na comercialização ou emissão de títulos de dívida por parte daquelas entidades. Confirmando-se essas práticas ilícitas, recomendavam ainda fossem encontradas soluções que, a um tempo, protegessem o erário público e permitissem reduzir as perdas dos lesados.

A informação sobre a Comissão de Peritos Independente, em especial, o Regulamento e formulário para reclamação está disponível no portal da OA.

No 9 de Dezembro a Comissão de Peritos Independente dos lesados do BES e a Comissão de Peritos Independente dos lesados do BANIF procederam à entrega dos relatórios finais das respectivas Comissões ao Bastonário da Ordem dos Advogados, numa sessão pública realizada no Salão Nobre da Ordem dos Advogados. Relatórios disponíveis Consultar Resumo Relatório Final BANIF e Consultar Resumo Relatório Final BES

Campanha Institucional de Defesa do Acto Próprio

Em Maio de 2019, por ocasião do Dia do Advogado, a Ordem dos Advogados promoveu uma

campanha institucional de defesa do acto próprio. A campanha dirigida aos cidadãos, visa reforçar a necessidade de consultar um Advogado na vida diária de todos e cada um, inserindo-se na promoção da função social, dignidade e prestígio da profissão de Advogado, uma das atribuições da OA.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Comunicação com a Imprensa

A notoriedade do trabalho desenvolvido pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados e pelo Bastonário tem sido determinante para o reconhecimento e interesse por parte dos meios de comunicação social das iniciativas promovidas pela OA. Em 2019, a OA marcou a agenda da advocacia portuguesa com medidas concretas delineadas por advogados e para advogados, salvaguardando a Advocacia e os direitos fundamentais de um Estado de Direito Democrático.

A OA reforçou, assim, o seu relacionamento com diferentes meios de comunicação social - canais televisivos, estações de rádio e imprensa escrita e online, nacional e local -, com o objectivo de influenciar positivamente a política da advocacia nacional, gerar notoriedade para a OA e contribuir positivamente para "Afirmar a Advocacia Realizando o Estado de Direito".

Em 2019, os objectivos da OA foram assim atingidos, de acordo com uma estratégia de comunicação previamente delineada, reforçando a imagem da OA e dos seus representantes e amplificando as mensagens da instituição e as suas áreas de actuação e interesse através de uma relação constante e próxima com os diferentes *stakeholders.*

Comunicação com a Sociedade Civil

Neste contexto destaca-se a Campanha Institucional de Defesa do Acto Próprio promovida pela OA, dirigida aos cidadãos, que visou reforçar a necessidade de consultar um Advogado na vida diária de todos e cada um, promovendo assim a função social, dignidade e prestígio da profissão de Advogado.

Os Advogados foram convidados a colaborar na divulgação da campanha através da utilização da imagem nos seus e-mails e da divulgação nas redes sociais sob o lema "Todos somos poucos

para afirmar “Nunca sem um Advogado” | “Nunca sem uma Advogada”. Imagens disponíveis para download AQUI

Comunicação com os Advogados

O Bastonário e o Conselho Geral emitiram inúmeros comunicados, disponíveis na íntegra no portal da OA, sobre diversas matérias de interesse para os Advogados, no âmbito das suas competências e atribuições, dos quais se destacam os mais relevantes:

- Comunicado do Conselho Geral de 9 de Janeiro| Relativo a um conjunto de notícias que dão conta da divulgação de pretensas documentação e comunicação pertencentes a Sociedade de Advogados, obtidas através de acesso não consentido ao seu sistema informático e/ou da sua manipulação.
- Comunicado do Conselho Geral de 20 de Fevereiro | Revista da Ordem dos Advogados
- Comunicado do Conselho Geral de 27 de Fevereiro | Informação disponível no e-fatura relativa às quotas da OA do ano 2018
- Comunicado Acesso ao Direito e aos Tribunais de 8 de Março | Contabilização de Sessões – Acórdão do STJ fixa jurisprudência
- Comunicado do Conselho Geral de 14 ed Março |Contribuição à Segurança Social
- Comunicado do Conselho Geral de 15 de Março | Registo Beneficiário Efectivo
- Comunicado do Conselho Geral e a Comissão dos Direitos Humanos, Questões Sociais e do Ambiente de 15 de Março | Condenação da Advogada iraniana Nasrin Sotoudeh
- Comunicado do Conselho Geral de 29 de Abril | Prorrogação do Prazo - Registo Central de Beneficiário Efectivo
- Comunicado do Conselho Geral de 8 de Maio | Registo Central de Beneficiário Efectivo
- Comunicado do Conselho Geral de 9 de Maio | Projeto da Nova Lei do Acesso ao Direito e aos Tribunais e da Proposta de Lei que altera o Regime do Processo de Inventário
- Comunicado do Bastonário de 28 de Maio| Cobrança de dívidas fiscais
- Comunicado do Conselho Geral de 31 de Maio | Transposição da Directiva (UE) 2018/822. Violação do Sigilo Profissional
- Comunicado do Conselho Geral de 31 de Maio | Registo Central de Beneficiário Efectivo
- Comunicado do Conselho Geral de 17 de Junho | Programa TVI
- Comunicado do Bastonário e Presidente da CDHQSA de 21 de Junho | Miguel Duarte e o salvamento de pessoas

- Comunicado Conselho Geral de 27 de Junho | Registo Central de Beneficiário Efectivo - Prorrogação do prazo
- Comunicado do Bastonário de 19 de Julho | Processo de Inventário e Lei do Acesso ao Direito
- Comunicado do Bastonário e do Vice-Presidente do Instituto da Segurança Social de 23 de Julho | Pagamento de alegadas dívidas contributivas à Segurança Social
- Comunicado do Conselho Geral de 26 de Julho | Acordo para a entrega de infractores em fuga - Governo de Portugal e Governo da Região Administrativa Especial de Macau
- Informação sobre o Conselho Geral da CPAS de 26 de Julho de 2019
- Comunicado do Conselho Geral de 13 de Agosto | Solidariedade com a Ordem dos Advogados do Brasil
- Comunicado do Conselho Geral de 10 de Setembro | Entrada em vigor da Nova Aplicação "SIGNIUS – Assinatura Digital" no próximo dia 11 de Setembro
- Comunicado do Conselho Geral de 18 de Outubro | Votação Electrónica
- Comunicado do Bastonário de 23 de Outubro | CPAS - Correção do Indexante Contributivo
- Comunicado do Conselho Geral 30 de Outubro | Discriminação Positiva – Apoio à Maternidade (a partir de 01.01.2020)
- Comunicado do Conselho Geral de 31 de Outubro | Registo Central de Beneficiário Efectivo
- Comunicado do Conselho Geral de 7 de Novembro | Pagamento de alegadas dívidas contributivas à Segurança Social
- Comunicado do Conselho Geral de 21 de Novembro | Lançamento da plataforma OA Direta
- Comunicado do Bastonário de 20 de Dezembro I O pagamento dos honorários no âmbito do Acesso ao Direito e aos Tribunais

O portal da OA e as redes sociais (Facebook e YouTube OA) são os principais veículos de comunicação da OA, com os Advogados e com a Sociedade Civil. Durante o ano de 2019 sedimentou-se a confiança dos utilizadores nestes meios traduzida pelo aumento dos utilizadores, visualizações e seguidores.

CONSELHO GERAL PELOUROS

Guilherme Figueiredo | Bastonário

Relacionamento com Órgãos Externos Nacionais
Relacionamento com os Órgãos Internos da Ordem
Relacionamento com a CPAS
Relações Internacionais - UALP
Recursos humanos
Cultura e Desporto

Ricardo Brazete | Vice-Presidente

Relacionamento com os Órgãos Internos da Ordem.
Comunicação

Rui Assis | Vice-Presidente

Formação
Modalidades de Exercício da profissão

Manuel G Henriques | Vice-Presidente

Relações com o CRE e das Delegações da área CRE
Cultura e Desporto

Ana Isabel Barona | Vice-Presidente

Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRE
Pedidos de suspensão referentes ao CRE
Defesa dos Actos próprios do Advogado

Ana Rita Duarte de Campos | Vice-Presidente

Incompatibilidades e Impedimentos
Jovens Advogados
Política Legislativa

António Gaspar Schwalbach | Vogal

Relacionamento com Órgãos da Administração

Isabel Cunha Gil | Vogal

Relações com o CRC e Delegações da respectiva área territorial
Impedimentos e Incompatibilidades
Política Legislativa
Igualdade de género, igualdade geracional
Cultura e Desporto

Isabel Malheiro Almeida | Vogal Secretária

Responsável pelo expediente do Conselho Geral - Pronúncias, Pareceres, Despachos e Recursos Hierárquicos
Organização administrativa e financeira
Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRP
Pedidos de suspensão referentes ao CRP

Joana M. de Abreu | Vogal

Acesso ao direito e aos Tribunais

Jorge Manuel Pote | Vogal

Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRL
Pedidos de suspensão referentes ao CRL
Formação

José Luís Esquível Pereira | Vogal

Responsável pelo expediente do Conselho Geral - Pronúncias, Pareceres, Despachos e Recursos Hierárquicos

Pedro Alves Loureiro | Vogal

Relacionamento com Órgãos Externos Nacionais
Relações com o CRC e Delegações da respectiva área territorial
Acesso ao direito e aos Tribunais

Pedro Botelho Gomes | Vogal

Recursos humanos, organização administrativa e financeira

Pedro Cabeça |Vogal

Relações com o CRL e Delegações da respectiva área territorial
Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRL
Pedidos de suspensão referentes ao CRL
Direitos humanos, sociais e de exercício profissional

Pedro Costa Azevedo | Vogal

Relações com o CRP e Delegações da respectiva área territorial
Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRP
Pedidos de suspensão referentes ao CRP
Comunicação. Director do Boletim da Ordem dos Advogados

Regina Franco de Sousa | Vogal

Relações com o CRM e CRA e Delegações das respectivas áreas territoriais; Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRM e CRA;
Pedidos de suspensão referentes ao CRM e CRA
Direitos humanos, sociais e de exercício profissional
Defesa dos Actos próprios do Advogado
Acesso ao direito e aos Tribunais

Rita Branco | Vogal

Relações com o CRF e Delegações da respectiva área territorial
Confirmação de inscrição de Advogados e Advogados Estagiários do CRF
Pedidos de suspensão referentes ao CRF
Comunicação. Redes Sociais
Jovens Advogados

Rita Maltez | Vogal
Relações Internacionais
Chefe da Delegação Portuguesa do CCBE

Zacarias de Carvalho | Vogal

Processos de candidatura
Direitos humanos, sociais e de exercício profissional

** Distribuição de pelouros do Conselho Geral em 31 de Dezembro de 2019*

DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS

Biblioteca

A Biblioteca da Ordem dos Advogados constitui um centro de recursos especializado na aquisição, tratamento técnico e difusão de informação jurídica, tendo por missão principal dar resposta às necessidades de informação dos Advogados e Advogados Estagiários inscritos na Ordem.

Destaques do ano

A Biblioteca voltou a apresentar propostas de aquisição de monografias. Foram adquiridas edições de 2019, recuperámos volumes em falta nas colecções de estudos e recuperámos monografias editadas em anos anteriores. Tal como em 2018, destacamos também a profícua partilha de recursos com as nossas congéneres Bibliotecas e Centros de Documentação Jurídicos.

Fundo documental

Aquisição de publicações

O número das monografias que nos são oferecidas continua a ser significativo, embora a verba anual de 5 000 euros, orçamentada para a aquisição de todas as publicações, não permita que o número total das monografias adquiridas pela Biblioteca tenha aumentado nos últimos anos.

Foram adquiridas 84 monografias com a data de edição de 2019, 92 com data de 2018 e 29 com datas anteriores.

O quadro resumo de aquisições dos últimos 10 anos é o seguinte:

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Monografias adquiridas	356	273	326	319	201	207	212	212	202	205

Das 205 monografias que deram entrada em 2019, 156 foram oferecidas, 45 foram compradas e 4 compiladas.

Tendo em conta a classificação por Ramos do Direito, salientamos, entre outras, a entrada de 31 monografias de Direito Administrativo, 25 de Direito Penal e 15 de Direito Comercial.

A Biblioteca assina uma base de dados em linha: LEGIX.

O boletim informativo diário «JusJornal» é gratuito.

As assinaturas dos jornais «Expresso» e «Público» foram renovadas em 2019.

Estes e outros jornais, que nos são oferecidos, estão disponíveis para consulta na sala de leitura da Biblioteca.

Quadro da evolução da aplicação da verba do orçamento destinada a aquisições

TIPO DE DOCUMENTO	2017	2018	2019
MONOGRAFIAS	€ 1651,72	€ 1802,22	€ 1066,96
BASES DE DADOS ON-LINE (ASSINATURAS)	€ 1437,87	€ 1468,62	€ 1490,76
TOTAL EM EUROS	**€ 3089,59**	**€ 3270,84**	**€ 2557,72**

Nota: As publicações periódicas foram excluídas do quadro porque não dispomos da informação completa sobre os valores em causa.

Acervo documental

Organização do acervo documental da Biblioteca

A Biblioteca é uma das mais valiosas bibliotecas jurídicas do nosso país.

Do seu rico acervo fazem parte:

a) Monografias – Cerca de 25 000 títulos registados até 31 de Dezembro de 2019 (dos quais 947 registos do fundo de livro antigo e cerca de 3009 registos da Biblioteca Adelino da Palma Carlos), total apurado depois da exclusão dos registos em duplicado e dos números não preenchidos.

As monografias são classificadas e ordenadas por ramos do direito e organizadas por ordem crescente do respetivo número de registo. Há conjuntos de monografias, mais antigas ou em mau estado de conservação, que ainda não foram registados.

b) Publicações periódicas – 879 títulos de revistas nacionais e estrangeiras, 79 das quais no activo.

A maioria das publicações periódicas activas resulta de permuta (28), sendo 28 assinadas e 23 oferecidas.

c) Base Bibliográfica geral *BOA* – 77 488 registos bibliográficos inseridos até Dezembro de 2019. A Base Bibliográfica geral *BOA* é composta por um significativo volume de informação, incluindo referências bibliográficas de monografias, obras de referência, analíticos de monografia e analíticos de periódico – permitindo o acesso a um vasto e atualizado conjunto de informação jurídica e necessitando de atualização permanente. A Base encontra-se disponível através da ligação http://boa.oa.pt.

Espaço físico, mobiliário e equipamento

A Biblioteca encontra-se dispersa por diversas salas situadas no 1.º andar (Sala de Leitura, Sala Abranches Ferrão, Sala Palma Carlos, corredor do Departamento de Processos e Sala de Informática), nas Caves (Cave 1, Cave 2 e Cofre) e no rés-do-chão da sede da Ordem dos Advogados.

As publicações periódicas, ordenadas alfabeticamente e por número crescente de volumes, estão acondicionadas entre as estantes 82 e 160 das caves 1 e 2.

Do conjunto dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento da Biblioteca, destacamos as fotocopiadoras e impressoras

CANON modelo iRC 3580NE, n.º de série QMB21420, instalada na sala de fotocópias, e modelo iR-ADV 400 UFR II, n.º de série QLC14439, instalada na sala Abranches-Ferrão, em 20 de Abril de 2015.

O monta-cargas permite dar à leitura, de forma célere, as publicações das caves do edifício. A manutenção do monta-cargas é assegurada pela THYSSENKRUPP Elevadores, tendo sido pagos € 948,62 pela assistência anual ao equipamento (Contrato n.º 1191 - Cliente titular n.º 50).

Os computadores do Conselho Geral foram substituídos pelo Departamento Informático em Janeiro de 2014. Os postos de trabalho da Biblioteca foram renovados em 2019: foram instalados novos discos e foi acrescentada memória RAM e foi actualizado o sistema operativo num dos computadores. O primeiro conjunto de cinco computadores destinado aos utilizadores da Biblioteca foi instalado na sala de leitura em 17 de Dezembro de 2008. Em Dezembro de 2019, dos cinco computadores destinados aos utilizadores da Biblioteca, existiam dois.

Na Cave 1, junto ao aparelho de ar condicionado do Departamento Administrativo, dezenas de prateleiras continuam a apresentar ferrugem na superfície, em resultado do elevado nível de humidade existente no local. Assim, porque os trabalhos de reparação das prateleiras e de regularização da humidade excessiva do local não foram realizados, tendo em vista proteger da ferrugem as publicações aí acondicionadas, foram colocados cartões nas 42 prateleiras em pior estado.

Em dezembro de 2019, a cargo da CPAS, foi efectuada uma obra de reparação para resolver o problema da inundação na entrada da Cave 1 que tinha aumentado nos últimos meses do ano. O edifício foi sujeito a diversas obras de conservação e melhoramento nos últimos triénios, mas nem a sala de leitura da Biblioteca, nem a sala degradada do rés-do-chão, onde trabalha um dos funcionários da Biblioteca, beneficiaram de quaisquer obras de reparação e pintura. Além disso, como não foi ponderada a substituição do chão da sala de leitura, não houve uma avaliação do estado de segurança do mesmo, o que é preocupante.

Ofertas da Biblioteca

Sempre que possível, continuaremos a política de oferta de publicações em duplicado.

Assim, em 2019, a Biblioteca procedeu à seguinte oferta de publicações repetidas:

- À Biblioteca do Centro de Estudos Fiscais foram oferecidos 22 volumes (6 monografias e 16 volumes de periódicos) em 23 de Janeiro de 2019;

Pesquisas efectuadas na Sala de Leitura

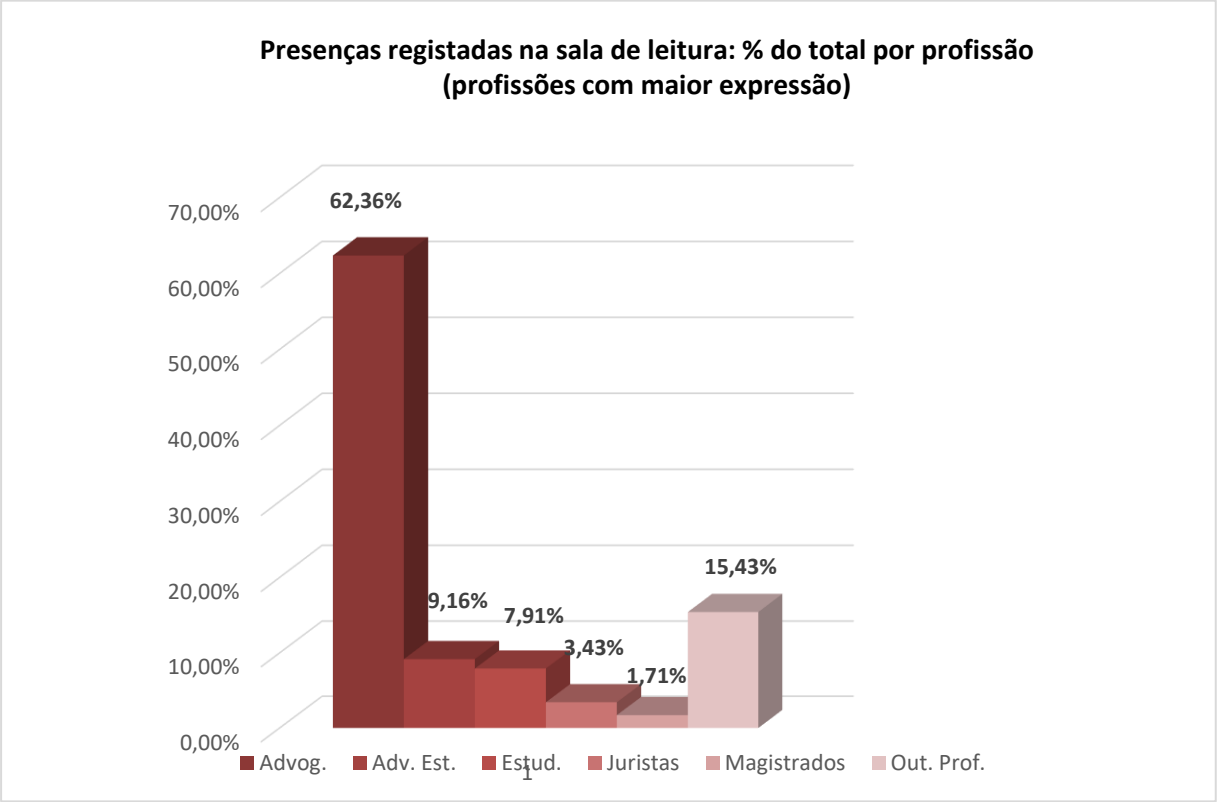
Fontes de informação

À semelhança dos anos anteriores, as pesquisas presenciais, efectuadas pelos utilizadores, tiveram como principal fonte de informação a base de dados bibliográficos *BOA* (1259 pesquisas em 2019).

Utilizadores

Em 31 de Dezembro de 2019 estavam registados, para efeitos de empréstimo domiciliário, 5172 utilizadores da Biblioteca, tendo-se verificado o registo de 106 novos utilizadores.

Em 2019 a Biblioteca registou 5186 utilizadores sendo que, das presenças na sala de leitura (com ficha preenchida), 62,36% eram advogados, 9,16% advogados estagiários e os restantes 28,48% juristas, estudantes, magistrados, etc.



Este número, dividido por 244 dias úteis de trabalho na Biblioteca, resulta numa média de cerca de 21 utilizadores diários, sendo que este número inclui respostas presenciais, correio eletrónico e telefone.

Leitura presencial

Tipo de documentos consultados

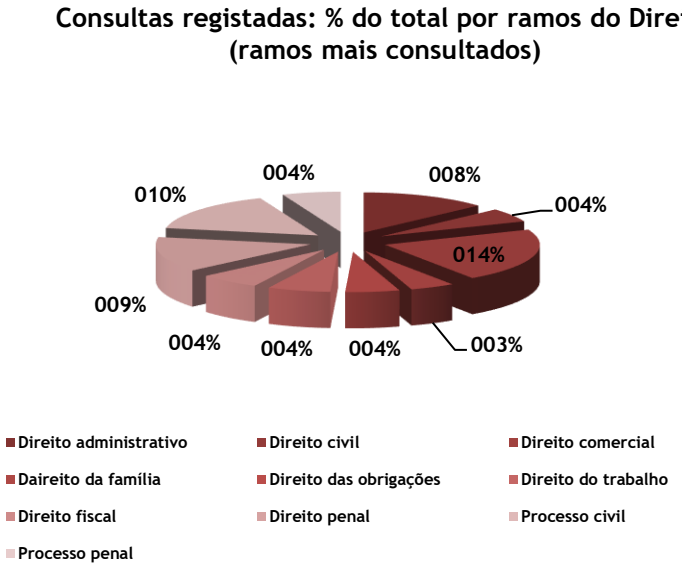
As monografias (2053 em 2019) foram os documentos que registaram um maior número de consultas na sala de leitura, contra a consulta de publicações periódicas (1218 em 2019).

A revista *Boletim do Ministério da Justiça*, a *Colectânea de Jurisprudência,* a *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, o Boletim da Ordem dos Advogados e a *Revista da Ordem dos Advogados* foram os títulos mais consultados entre as publicações periódicas.

Consultas por ramos do Direito

O *Direito Comercial* foi o ramo do Direito mais consultado em 2019 com 13,78% do total das consultas registadas.

Outros ramos tradicionais, como o *Processo Civil* (10,18%), o *Direito Penal* (9,01%) e o *Direito Administrativo* (8,48%) continuam a ser muito pesquisados.

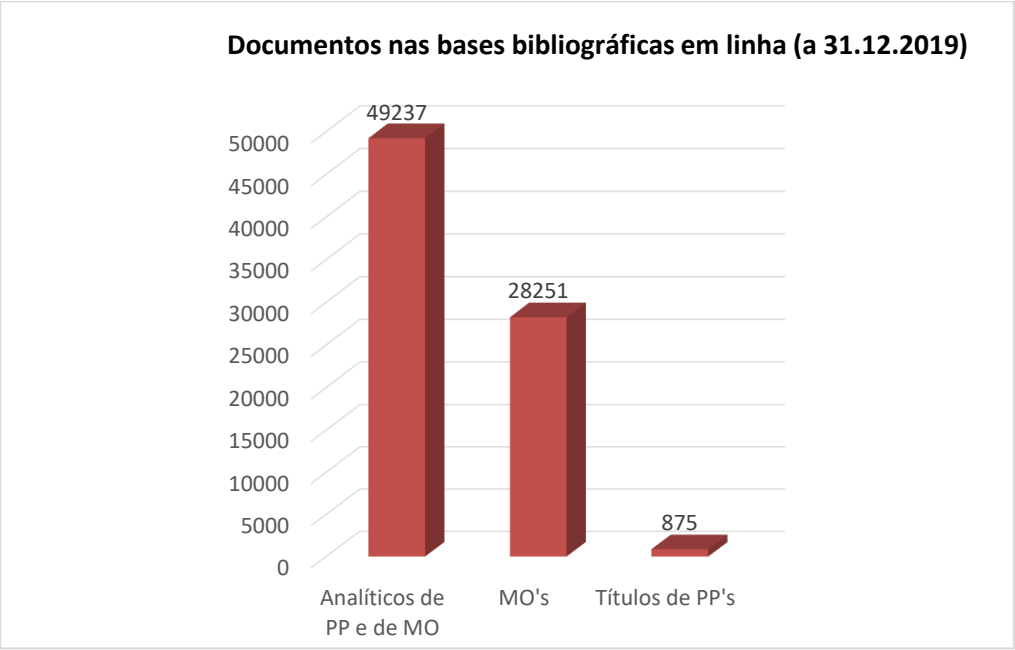


Empréstimos domiciliários

A Biblioteca registou 950 empréstimos domiciliários em 2019.

Tratamento documental informatizado

Em Dezembro de 2019 estavam carregados 77 488 registos bibliográficos na base bibliográfica geral BOA: 49 237 analíticos e 28 251 monografias.



Classificação e indexação de documentos

Procedeu-se à indexação e classificação de um total de 1888 documentos, correspondentes a monografias, analíticos de

monografias e artigos de publicações periódicas.

Carregamento informático da base bibliográfica

Procedeu-se à catalogação de **1887** registos bibliográficos durante o ano de 2019.

Bases	Catalogação	2019
Base bibliográfica geral (BOA)	Monografias	353
	Analíticos de monografias	681
	Analíticos de periódicos	851
Base de publicações periódicas	Títulos de publicações periódicas	2

O **programa de gestão da Biblioteca** (BIBLIOBASE), com os módulos de catalogação e pesquisa, de circulação e empréstimo, de KARDEX, e de Interface WWW, foi adquirido em Abril de 2006.

A versão WEB do BIBLIO.NET - Sistema integrado de gestão de bases de dados bibliográficos, disponível desde 2012, foi adquirida em Fevereiro de 2019.

Controlo de qualidade

Durante o ano de 2019 foi feito o controlo de qualidade de 493 registos bibliográficos em situação de tratamento documental. Destes, 67 correspondiam a monografias e 426 correspondiam a analíticos de publicações periódicas e de monografias.

Portal da Ordem dos Advogados

A Ordem dos Advogados disponibilizou uma nova versão do Portal em Julho de 2016 (https://portal.oa.pt/). A ligação na zona 'Advogados' > 'Biblioteca' da página principal do Novo Portal dá acesso à área da Biblioteca que não migrou para o novo Portal (http://www.oa.pt/CD/default.aspx?sidc=58102).

Dos conteúdos disponibilizados pela Biblioteca destacamos:

O **Catálogo da Biblioteca,** base de dados (http://boa.oa.pt/), disponível para consulta em linha desde Agosto de 2001, com cerca de 78 000 registos bibliográficos de monografias, obras de referência, analíticos de monografias, analíticos de periódicos, teses, atas de congressos e conferências, dos diversos ramos do direito.

De forma a tornar mais célere o carregamento e o acesso à informação tratada, foram alterados os modelos e os conteúdos das gazetas e da informação jurídica que disponibilizamos diariamente nas 'Publicações' da página principal do Portal da Ordem dos Advogados (https://portal.oa.pt/publicacoes/gazeta-juridica/).

Serviço de fotocópias

Em 2019, foi apurada uma receita de € 807,58, correspondente a 7586 fotocópias.

O número total de cópias efectuadas, incluindo as cópias para serviço interno do Conselho Geral, foi de 34 185.

Correio

O conjunto de correspondência expedida e recebida teve como resultado um total de 61 cartas. A maior parte da correspondência trocada diz respeito à aquisição e cancelamento de assinaturas de publicações, incluindo o agradecimento das ofertas. Registámos uma diminuição da correspondência expedida em 2019.

Partilha de recursos

É de registar e agradecer, entre outras, a colaboração, expressa na permuta de informações e documentos, da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, da Biblioteca do Tribunal de Contas, do Centro de Estudos Fiscais, da Uría Menéndez - Proença de Carvalho, Sociedade de Advogados, Abreu & Associados, Sociedade de Advogados, bem como do Centro de Estudos Judiciários e da Biblioteca do

Departamento Administrativo

No ano de 2019 verificou-se um aumento no volume de trabalho do Departamento Administrativo.

Deram entrada nos serviços do Conselho Geral mais 43948 cartas, ofícios, requerimentos e pedidos online. Das matérias da competência deste Departamento, destacam-se os pedidos de cédula, certidões, suspensões, alteração de dados e outras informações gerais, sendo que, nestas áreas foi notória a adesão significativa dos Advogados à implementação dos pedidos efectuados directamente na área reservada no portal da OA.

A resposta a todas as solicitações apresentadas ao Departamento Administrativo foi assegurada pelos respectivos serviços, sendo que, para o efeito, além de vários milhares de esclarecimentos telefónicos, foram expedidos mais de 27355 ofícios, comunicações e emails.

Merecedor de realce é também o trabalho desenvolvido no apoio à área disciplinar, concretizado no averbamento, no SInOA, do transito em julgado de todas as penas disciplinares, cumprimento de penas e outras informações susceptíveis de averbamento comunicadas ao Bastonário pelos Conselhos de Deontologia e Conselho Superior.

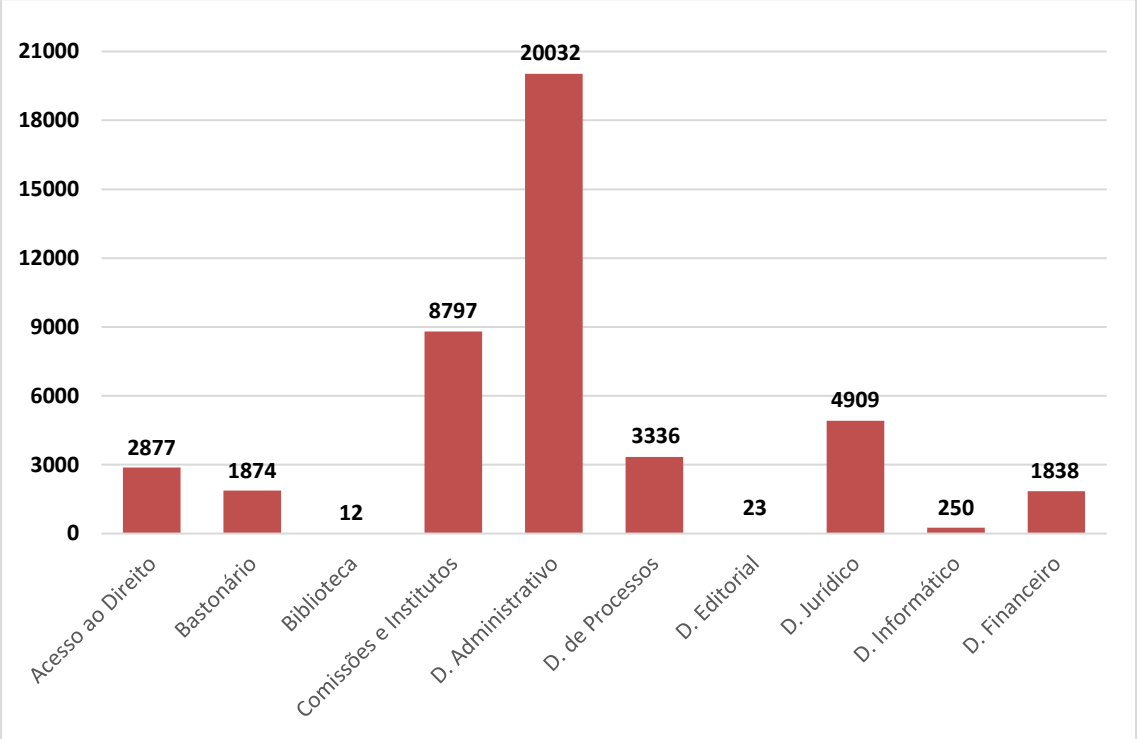
No ano de 2019, manteve-se o normal apoio logístico e de secretariado às diversas reuniões,

seminários e conferências, incluindo-se o secretariado do Gabinete de Política Legislativa e da UALP, mantendo-se, também, o acréscimo de trabalho administrativo associado à Comissão Nacional de Avaliação.

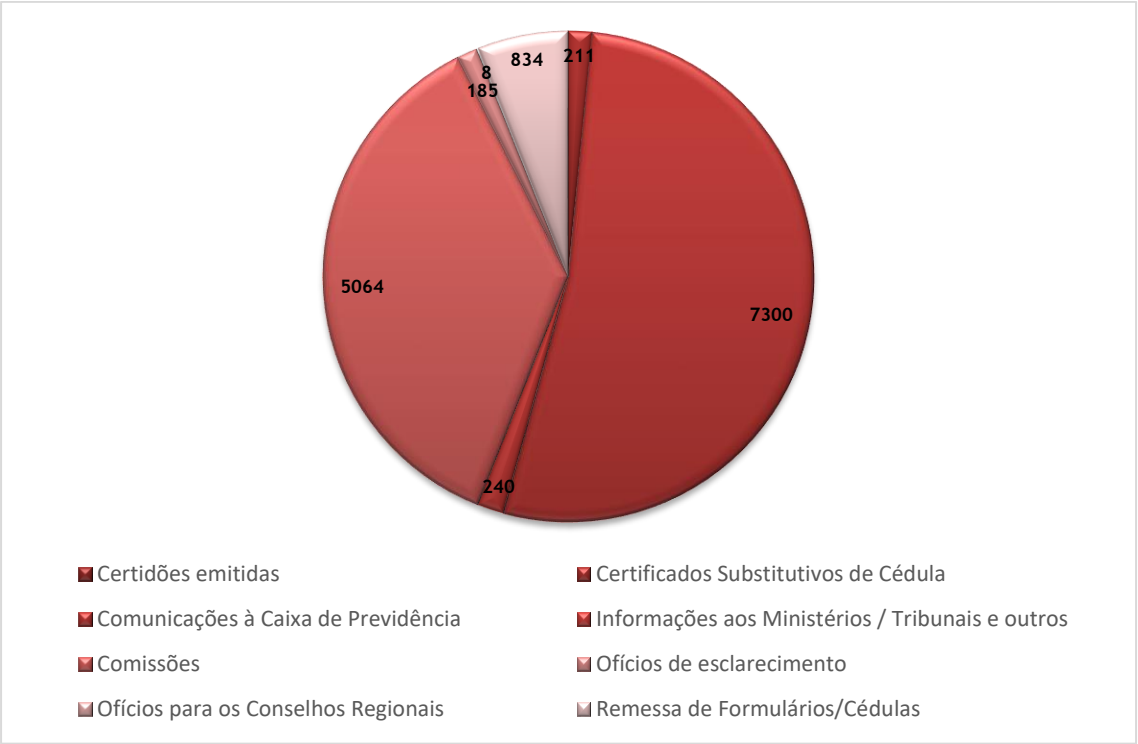
Verificou-se também um aumento bastante significativo na venda dos artigos da "Loja OA", uma vez que passaram a ser feitos exclusivamente no Departamento Administrativo, com a emissão da correspondente facturação, assim como de outros produtos que cuja venda passou a ser assegurada pelo Departamento, como é o caso da Agenda do Advogado. Destaca-se ainda a disponibilização e venda da Revista da Ordem dos Advogados, que não era anteriormente vendida.

De salientar que a expedição de correspondência do Conselho Geral, bem como do Conselho Superior e ainda todo o serviço externo, é assegurada por este departamento.

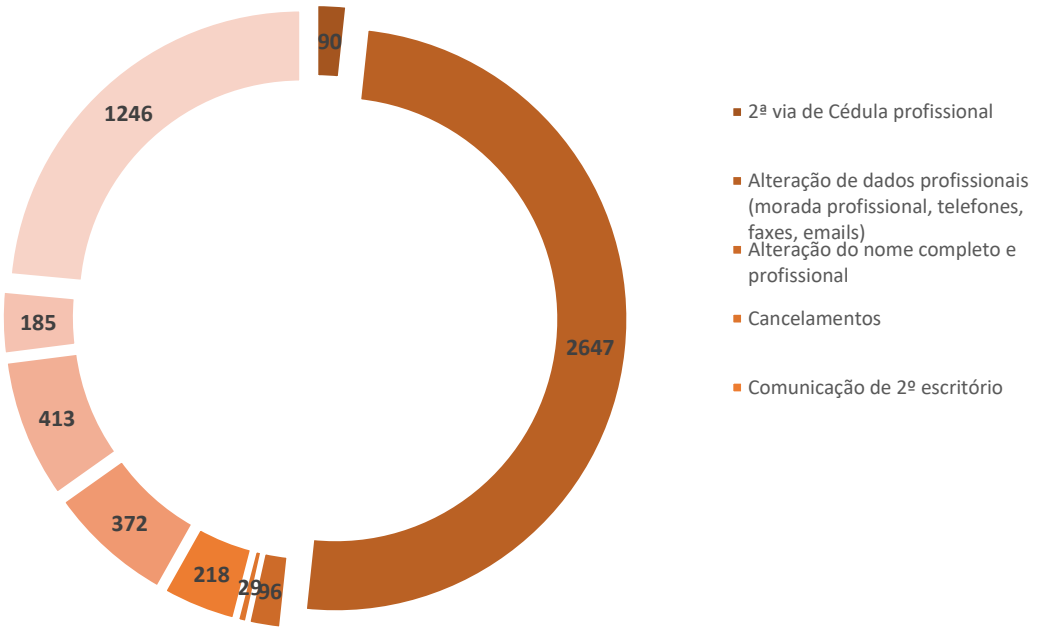
Entrada de expediente registada pelo DA



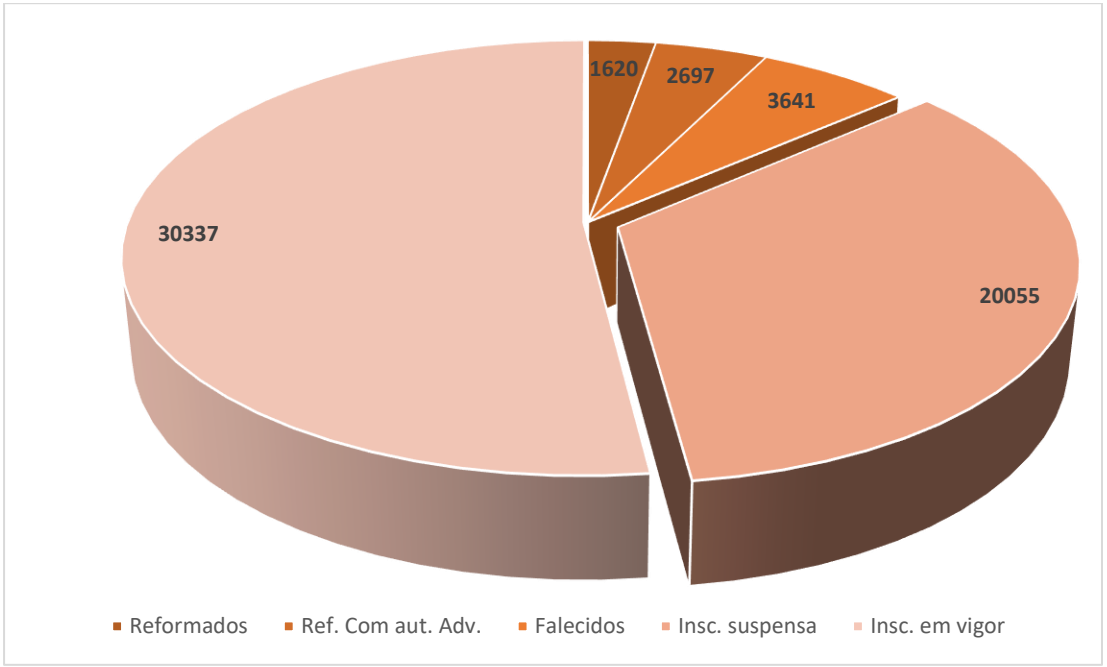
Expediente



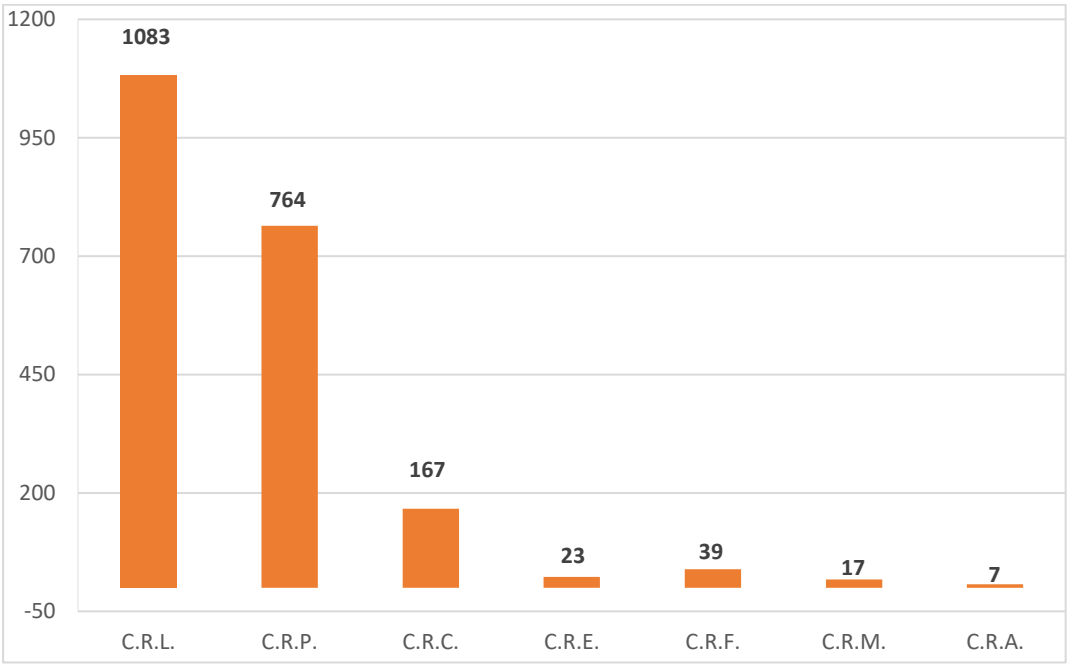
Movimento das inscrições em vigor



Outras informações: Inscrições em vigor (a 31/12/19)



Advogados inscritos por Conselhos Regionais (novas inscrições)



No que respeita à emissão e actualização das Cédulas Profissionais dos Advogados foram registadas 2088 novas inscrições e emitidas as respectivas Cédulas, revalidadas 858, recebidos 3200 pedidos online de emissão e/ou renovação, e 131 pedidos de emissão de 2ª via num total geral de 6278 Cédulas Profissionais atribuídas.

Departamento Editorial e Comunicação

O Departamento Editorial e Comunicação assegura todas as publicações do Conselho Geral, designadamente, o Boletim e a Revista, a gestão do portal e das redes sociais, sendo também responsável a organização dos eventos promovidos pelo Conselho Geral, quer em exclusivo, quer em colaboração com os restantes órgãos da OA e com instituições externas. Este departamento é ainda responsável pela imagem institucional do Conselho Geral, pela implementação de novos projectos, pelos Benefícios dos Advogados, assim como relações públicas e comunicação institucional.

Portal

A manutenção e actualização do Portal da OA é uma das atribuições do Departamento Editorial, exigindo uma vasta actividade diária e constante de publicação e gestão de conteúdos da área pública, para além da gestão da área reservada, de relevância vital para o exercício da profissão. Elaboram-se e publicam-se diariamente no Portal notícias da própria Ordem, notícias de imprensa com relevância para os Advogados, eventos de agenda ou de formação, comunicações,

e muitos outros. Durante o ano de 2019 sedimentou-se a confiança dos utilizadores na estrutura actual do Portal, o que se pode concluir pelo aumento das visualizações e demais resultados estatísticos obtidos.

Redes Sociais – Facebook e Youtube OA

Dentro da estratégia de divulgação definida em 2019 para as redes sociais, o Departamento Editorial, sob tutela da Vogal do Conselho Geral Rita Branco, com o pelouro da comunicação, continuou a assegurar, de forma consolidada e permanente, a gestão da conta de Facebook da OA. Dentro das atribuições é diariamente aferida a actividade da página FB e das páginas congéneres e assegurada a divulgação de todas as notícias, actividades ou eventos que merecem destaque no portal da OA.

Em 2019 observou-se um aumento de actividade em termos de seguidores (*followers*), número de "gostos" (*likes*) e alcance da página (*reach*). Com base nos dados apresentados pelo Facebook, podemos concluir que em Janeiro de 2019 o número de *folllowers* estava em 24.503 "pessoas", valores que a 31 de dezembro passaram para 28.434, um aumento de 3.931 *Followers* (percentagem de aumento semelhante ao ano transacto, que foi de 3.012 *followers*). Também a 31 de Dezembro de 2019 tínhamos 28.092 Likes, numa evolução que espelha, de forma muito aproximada, a dos *Followers*. Quanto ao alcance da página: durante 2019 os *posts* foram divulgados a uma média de 4,792 pessoas, tendo aumentado a média de Likes para 173. O universo demográfico do FB OA é de 63% de mulheres e 37% de Homens, sendo a maioria dos seguidores com idades entre os 25 e os 44 anos (57%). Os utilizadores são maioritariamente de Portugal (Lisboa) seguidos do Brasil e PALOPS.

Durante o ano de 2019 os vídeos publicados no Canal de Youtube Ordem dos Advogados — Conselho Geral registaram um total de 50.308 visualizações, correspondendo a 1 933,2 horas de tempo de visualizações. No que respeita ao número de subscritores, soma um total de 1.163, com um crescimento de mais 281 registos comparativamente com o ano de 2018.

Foram publicados 19 vídeos, mais 11 que em 2018. Relativamente a vídeos com características de apoio técnico destacam-se os tutoriais de apoio ao voto electrónico, em que o mais popular registou 5.466 visualizações. O vídeo com maior receptividade foi visto 11.675 vezes.

Revista da Ordem dos Advogados

O DEC é responsável pelo Secretariado da ROA assim como acompanhamento editorial e executivo da Revista, desde a recepção de textos para apreciação, à paginação, comunicação com os autores, revisão, impressão, distribuição e posterior disponibilização no portal da OA de cada edição.

Director | Rui Pinto Duarte

Sub-Director | Rui Patrício

Conselho Consultivo
António de Menezes Cordeiro
Dário Moura Vicente
Germano Marques da Silva
José Osvaldo Gomes
José Sérvulo Correia
Miguel Teixeira de Sousa
Paulo de Pitta e Cunha
Rui Chancerelle de Machete

Conselho de Redacção
Alexandra Vilela
Alexandre Mota Pinto
Alexandre Soveral Martins
André Lamas Leite
António Alexandre Salazar
Eva Dias Costa
Guilherme Machado Dray
Manuel Carneiro da Frada
Pedro Costa Gonçalves
Rogério Fernandes Ferreira
Rui Assis
Sofia Martins
Vânia Costa Ramos
Vera Eiró

No ano de 2019 foram publicados 4 números da ROA (Revista da Ordem dos Advogados), os números I-II. 2018, III-IV.2018, I-II.2019 e III.IV.2019, sob a direcção do Professor Doutor Rui Pinto Duarte. A Revista ficou assim completamente actualizada. Foram também realizadas duas sessões de apresentação das ROA, uma referente à edição da ROA n.º I/II de 2018, realizada a 6 de Junho no Conselho Regional de Coimbra, e outra realizada no Conselho Regional do Porto, a 4 de Dezembro.

O Conselho Geral deliberou no início de 2019 instituir a assinatura anual da ROA, passando esta a aplicar-se logo para o ano editorial de 2018. Nestes termos, a Revista em suporte E-book passou a ser enviada gratuitamente a todos os advogados, e a edição impressa condicionada à subscrição de assinatura anual no valor de 10 € para os Advogados e de 40€ para não Advogados, fixando-se o preço unitário para venda ao público em 15 €. A assinatura pode ser feita na área reservada do Portal, mediante pagamento das referências Multibanco disponibilizadas para o

efeito.

Todos os números da ROA, publicada desde 1941, encontram-se disponíveis para consulta em https://portal.oa.pt/publicacoes/revista/**,** com os seus textos doutrinários individualizados para consulta.

Boletim da Ordem dos Advogados

O Boletim da OA, desde 2017 publicado em formato digital, está disponível online em http://boletim.oa.pt/, a partir dos diversos suportes digitais, mobile, desktop e tablet. Todos os Advogados podem enviar sugestões para publicação através do e-mail boletim@oa.pt. A edição digital corresponde, como referiu o Bastonário Guilherme Figueiredo no primeiro editorial "*uma nova visão, expressa na sua estrutura e conteúdos, procurando ir ao encontro do que os Advogados esperam de um boletim que seja essencialmente deles. "*

O Boletim tem como Director Pedro Costa Azevedo, Vogal do Conselho Geral, e publica a cada edição um tema em Destaque, uma Entrevista, uma rubrica para Debate, espaço para as notícias da actualidade e para as notícias da Ordem. Na secção Cultura publica-se um artigo de memória e a divulgação de trabalho artístico de Advogados. As Notícias da Ordem e a Agenda da Ordem, são mensalmente divulgadas. O Boletim tem ainda uma secção "Leituras" onde se publica informação prática e actualizada para o exercício da Advocacia - Legislação, Jurisprudência, Pareceres da Ordem e Biblioteca Jurídica.

Em 2019 foram publicados 9 números em versão digital e 3 edições especiais em papel, com destaque para a edição dedicada às Eleições para o triénio 2020-2022 na qual foram divulgadas todas as listas candidatas aos órgãos da OA e respectivos programas.

As edições digitais do Boletim do ano de 2019 encontram-se disponíveis em versão pdf para arquivo. Consulte aqui

| Destaque | A Fiscalidade dos Advogados | Novo Código da Propriedade Industrial | Direito da União Europeia | Direito do Desporto | Inteligência Artificial | Advocacia no Feminino | Direito do Trabalho | Especial Especial Eleições | Direito das Crianças | Direito do Consumo

| Entrevista | Anita Ferreira dos Santos, Advogada; Clara Calheiros, Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho; Conceição Bismarck, Advogada; Guilherme d'Oliveira Martins, Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian; Maria Lúcia Amaral, Provedora de Justiça; Paulo Pinto de Albuquerque, Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Especial I Direitos Humanos, Dia do Advogado, Sessão Comemorativa Do 70º Aniversário Da DUDH

| Opinião |Colaboraram com o Boletim

Alberto Saavedra, Alcina Costa Ribeiro, Alexandre Gama, Ana Moreno, Ana Rebelo Sousa, Ana Sofia Barros, António Campinos, António Gaspar Schwalbach, António Jácomo, Armando Leandro, Carla Pinheiro, Catarina Belim, Célia Chamiça, Duarte Silva Marques, Eleonora Viegas, Filipa Cansado Carvalho, Francisca Ferreira Pinto, Francisco Pereira Coutinho, Germano Marques da Silva, Glória Rebelo, Gonçalo de Sampaio, Inês Teixeira, Isabel Cunha Gil, Isabel Malheiro Almeida, Ivone Rocha, Joana Araújo, João Carvalho, João Espanha, João Leal Amado, José Gagliardini, José Igreja Matos, José Miguel Sampaio e Nora, Lília Fraga, Luís Barreto Xavier, Macedo Varela, Mafalda Barreto, Márcia Passos, Margarida Rosado da Fonseca, Margarida Sepúlveda Teixeira, Maria Clotilde Almeida, Maria Emília Lisboa, Maria Inês Queiroz, Mário Castro Marques, Miguel Gonzalez Amado, Nuno Brandão, Paulo Saragoça da Matta, Paulo Sousa Pinheiro, Pedro Saraiva Nércio, Pedro Vaz Mendes, Ricardo Brazete, Ricardo Nascimento, Rita Canas da Silva, Rita Castro, Rita Penedo, Rosa Madeira, Sara Estima Martins, Sofia Barata, Susana Duarte Coroado, Telma Vieira Cardoso, Teresa Letras e Tiago Rodrigues Basto.

Actualidade | Temas | A acção de regulação do exercício das responsabilidades parentais e os princípios do processo justo e equitativo | A aplicação do código dos contratos públicos na ordem dos advogados| A audição e participação da criança à luz da jurisprudência| A duração nos contratos de arrendamento com prazo certo| A transição energética legislativa| Alterações ao arrendamento urbano| Arbitragem tributária ou tribunais administrativos e fiscais? | As crianças e os jovens em perigo na era digital | As provas proibidas e as novas correntes jurisprudenciais | Aumento de carros acidentados sem seguro | Aumento do registo de crianças sem nome de pai | Bayer condenada a pagar indemnização a homem com cancro | Direitos de autor no mercado único digital | O advogado hoje e a advocacia no futuro | O artigo 13º da

proposta de directiva sobre o mercado único digital: uma perspectiva europeia | O direito "à desconexão" | O lóbi e os advogados | O novo regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo | O regresso do inventário aos tribunais: esperar para ver | O regulamento geral de proteção de dados e a advocacia | OSCE – manual prático em matéria de combate ao tráfico de seres humanos | Parlamento Europeu aprova regras para a protecção dos denunciantes |Plataforma de reservas – AT quer evitar fraude e evasão fiscais dos proprietários | Populismo e as *fake news* / Presunção jurídica da residência alternada | Proibido o uso de plástico nos supermercados | Regime jurídico do maior acompanhado | Regulamento geral de proteção de dados | Responsabilidade civil por actos médicos | Tráfico de seres humanos e a contínua violação de direitos universais e inegociáveis | Tutela administrativa e separação de poderes entre a administração e as associações públicas profissionais | Utilização de prova em processo crime obtida no âmbito de inspeção tributária | Violência doméstica: código de conduta nos média

| Livro de lembranças | Triénio Dr. Augusto Lopes Cardoso | A Convenção das Delegações | 250 Anos da INCM
30 Anos da Convenção Sobre Os Direitos Da Criança | Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados | Mulheres na Advocacia a mesma inteligência, a mesma aptidão | História do jornal oficial nos 250 anos da imprensa nacional

I Artes e Letras | José Carlos Soares Machado – Genealogia | Ana Maria Domingues – Escritora | António Manuel de Moraes – Escritor | Carla Furtado – Poeta | Carlos Mendonça – Artista Plástico | Alice Brito, Escritora | Fernando Moura Santos, Fotografia | Emanuel Góis, Escritor (*rubrica da Comissão para as Letras e as Artes da Ordem dos Advogados)*

Organização de Eventos Institucionais

O Departamento Editorial e Comunicação é responsável pela organização e acompanhamento dos eventos institucionais promovidos pelo Conselho Geral, executando toda a gestão do evento, desde a contratação de serviços fotográficos e outros fornecedores, contactos com eventuais patrocinadores, contactos com oradores intervenientes, inscrições e divulgação no portal e redes sociais.

Outras áreas de intervenção

O envio para inserção na Base de Dados de Jurisprudência dos pareceres emitidos pelos diversos Conselhos da Ordem dos Advogados, disponível na Área Reservada do portal em **Jurisdata OA,** foi uma das muitas tarefas assegurados pelo Departamento. Durante o ano de 2019 foram disponibilizados na referida base de dados novos Pareceres, entre os quais, 11 Pareceres do Conselho Geral, 10 Pareceres do Conselho Superior e 26 Pareceres do Conselho Regional de Coimbra, sobre os mais variados domínios.

O estabelecimento de parceiras a nível nacional no âmbito dos **Benefícios dos Advogados** permitiu negociar condições mais vantajosas para os Advogados no acesso a bens e serviços.

A constituição, tratamento e manutenção do arquivo fotográfico da OA encontra-se também nas atribuições do DEC.

O Departamento assegura a preparação e coordenação de toda a logística, para as Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, realizadas: elaboração das raquetes, sinalética, definição dos locais de trabalho e tarefas a desenvolver durante a assembleia. Organização em colaboração com o Departamento Administrativo e Departamento Jurídico.

A actualização de conteúdos da Agenda do Advogado é realizada pelo departamento em ligação com os Conselhos Regionais da OA. A **Agenda do Advogado 2020** é produzida, personalizada e comercializada na versão de Bolso e na versão Tradicional. A agenda contém os contactos actualizados de todos os órgãos da Ordem dos Advogados e os links para os principais sites jurídicos, incluindo também um Planning Diário de Setembro de 2019 a Janeiro de 2021.

O Departamento assegura a ligação com a assessoria de comunicação externa através do apoio às acções por esta devolvidas no âmbito da assessoria de imprensa, assim como o *interface* entre as iniciativas levadas a cabo pela OA e a ligação aos órgãos de comunicações, no contexto da estratégica de comunicação definida.

No âmbito da comunicação interna, relações internacionais e relações públicas as visitas institucionais à OA são organizadas e acompanhadas pelo Departamento, entre as quais se destacam as visitas de jovens de Jovens Estudantes de Direito e Jovens Advogados estrangeiros e também nacionais. Em 2019 a OA recebeu, aproximadamente, 30 visitas institucionais

acompanhadas pela Vice-Presidente do Conselho Geral, Ana Rita Duarte de Campos, entre as quais de destacam a visita de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a visita de Advogados e Professores de Direito do Brasil, a visita de Membros da Zhejiang Bar Association, entre outras.

O Departamento Editorial participou ainda activamente no processo eleitoral para a eleição dos órgãos da Ordem dos Advogados para o Triénio 2020-2020, designadamente, através da assessoria à Comissão Eleitoral, da criação de materiais de divulgação do voto electrónico e da edição e produção do Boletim Especial Eleições.

Departamento Financeiro

Ao Departamento Financeiro estão acometidas múltiplas actividades da área financeira e afins, distribuídas pelos serviços de tesouraria, facturação, gestão e controlo de créditos, contabilidade, controlo orçamental, gestão e controlo das quotizações de Advogados e control o interno, as quais se apresentam com os seguintes tópicos, designadamente quanto ao número de registos efetuados, processos tratados e encerrados, processos pendentes e esforço despendido por cada uma dessas áreas.

1. Destacam-se as seguintes principais atividades:

Gestão dos excedentes de tesouraria; Gestão e controlo do processo de recebimento de quotas de advogados e quotas das sociedades deadvogados, presencial através cheque ou vale postal e por meios eletrónicos, incluindo a via de cobrança coerciva; Em colaboração com os serviços do Departamento Jurídico, a produção e controlo *a final* dos processos de cobrança coerciva, contencioso via mandatários ou via AT; Outros recebimentos (publicidade e outros serviços) com remessa para contencioso dos incumpridores das condições de pagamento; Verificação e controlo dos procedimentos que precedem a contabilização das operações; Verificação e controlo dos procedimentos que precedem a obtenção deautorização de pagamentos, procedimentos estes que foram iniciados no exercício anterior através da utilização de plataforma própria de registo decontrolo interno, mantendo-se a intenção de se consolidar estes processos; Receção, registo e controlo de toda a documentação

contabilística; Faturação de serviços prestados, registo das aquisições e controlo dos activos fixos tangíveis; Realização das operações contabilísticas e financeiras com os Conselhos Regionais e controlo das operações internas de tesouraria; Produção das demonstrações financeiras do ConselhoGeral; Produção dos relatórios de análise interna das contas do Conselho Geral, incluindo o relatório e a análise da execução orçamental;

Elaboração de relatório mensal, do Conselho Geral, de acordo com o solicitado pelo órgão de gestão, contemplando:

§ Posição da tesouraria e programa para o período seguinte

§ Relatório discriminado da cobrança de quotas, contemplando designadamente o montante faturado, o montante total recebido e o montante recuperado do mês e acumulado do ano e evolução mensal da dívida

§ Relação de incumpridores e proposta de ações alternativas de cobrança

§ Relação de contingências financeiras de tesouraria e contabilísticas

Análise da execução orçamental, evidenciando os desvios identificados com a respetiva justificação, registadas ao nível do controlo interno, processo em fase inicial.

2. São ainda atribuições do Departamento Financeiro:

a. *Follow up* das actividades relacionadas com a área dos Recursos Humanos, sob a direção do Vogal do Conselho Geral, responsável pelo pelouro, com destaque, entre outras, para as seguintes:

i. Controlo do registo de tempos de trabalho e ausências;

ii. Cumprimento das obrigações legais no âmbito da Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho;

iii. Inscrição dos trabalhadores do Conselho Geral na Segurança Social;

iv. Inscrição dos trabalhadores no FCT;

v. Inscrição desses mesmos trabalhadores na apólice de seguros de acidentes de trabalho;

vi. Comunicações de acidentes de trabalho;

vii. Preparação para aprovação do mapa de férias propostas pelos diversos serviços;

viii. Controlo dos contratos de trabalho a termo;

ix. Manutenção do cadastro individual dos trabalhadores do Conselho Geral;

b. Cumprimento das obrigações de natureza administrativa:

i. Processamento de remunerações dos trabalhadores do Conselho Geral;

ii. Submissão das relações de remunerações pagas aos trabalhadores do CG, junto da Segurança Social;

iii. Submissão da declaração mensal de remunerações pagas aos trabalhadores do CG, junto da AT;

iv. Submissão das folhas de remunerações dos trabalhadores do CG, junto da companhia de seguros;

v. Emissão das declarações anuais de rendimentos dos trabalhadores do CG;

c. Cumprimento de obrigações legais, a nível nacional:

i. Inscrição e cessação da inscrição na Segurança Social de todos os trabalhadores da OA;

ii. Inscrição e cessação de todos os trabalhadores da OA, no FCT;

iii. Submissão das relações de remunerações de cada um dos Conselhos Regionais junto da Segurança Social;

iv. Relatório Único da Ordem dos Advogados (nacional);

v. Cumprimento de obrigações declarativas e contributivas da Ordem dos Advogados, após controlo efectivo do Contabilista Certificado

vi. Registo, *follow up* e controlo das notificações de penhoras de execução, a nível nacional;

vii. Registo, follow up e controlo de outras notificações, incluindo as notificações da Autoridade Tributária e Aduaneira e de outras autoridades;

Departamento Informático

Em 2019 foi substituído o sistema de backup da informação residente na infraestrutura tecnológica que suporta todos os serviços prestados quer a Advogados quer a todos os Órgãos da OA. Foram adquiridos dois sistemas que garantem redundância mesmo nos backups da informação crítica dos serviços da OA.

Iniciámos ainda em Dezembro de 2018 a colaboração com a Comissão responsável pela elaboração do regulamento eleitoral, garantindo a sua adequação ao processo de voto electrónico. No início de 2019 elaborámos cadernos de encargos para a escolha de solução de voto electrónico a utilizar nas eleições para os órgãos da OA a decorrer no final do ano de 2019. Após a escolha da solução a utilizar garantimos junto da empresa selecionada o acompanhamento de todo o projecto. Acompanhámos a Comissão Eleitoral apresentando as várias opções no âmbito da implementação da solução de voto electrónico. Assegurámos a escolha e funcionamento de todos meios logísticos necessários à votação e acompanhámos a empresa que fez auditoria ao processo eleitoral.

No apoio aos serviços do Conselho Geral continuámos a adaptação da ferramenta de gestão documental suportando a tramitação e controlo dos processos de aquisição de bens e serviços alterando e adaptando alguns dos fluxos de aprovação utilizados sob coordenação da Direcção de Serviços.

Em Julho de 2019 com coordenação da Direcção de Serviços concluiu-se a integração da facturação certificada de quotas de Sociedades com o SinOA, módulo de "Sociedades de Advogados – Facturação".

Em Outubro de 2019 foi disponibilizada a ferramenta OADireta que permite a desmaterialização de pedidos administrativos e outros efectuados pelos Advogados à OA.

Iniciámos a substituição do software que suporta o e-mail fornecido aos Advogados bem como a funcionalidade de registos de certidões e autenticações. Estas funcionalidades serão disponibilizadas no primeiro semestre de 2020.

No que respeita à gestão corrente do DI/SADT continuou a ser assegurada a Gestão da infraestrutura informática de suporte ao Conselho Geral e todos os serviços fornecidos a órgãos da OA e a entidades externas

> SInOA (Conselho Geral; Conselhos Regionais e Delegações);
> SInOA - SADT (Conselho Geral; Conselhos Regionais, Delegações e entidades externas);
> Portal OA;

> Servidores de e-mail (Advogados, Estagiários; Conselhos Regionais; Delegações).

> Cerca de 36 000 contas de e-mail activas;

> Servidores dos "Registos de Actos": 2.715.879 registos efectuados;

> Gestão da infra-estrutura de suporte aos programas no âmbito da contabilidade centralizados;

> Apoio informático aos Conselhos Regionais de Évora, Madeira e Açores e Faro;

> Gestão e operação do Call Center do Conselho Geral.

Sistema de Acesso ao Direito e Tribunais (SADT)

Foi promovida a 13ª Candidatura ao SADT, em Outubro de 2019, na qual resultou a inscrição no SADT de 13545 Advogados.

Em resumo, no contexto do trabalho desenvolvido, os números do Acesso ao Direito em 2018 são:

> Indicações para Escalas: 231165

> Nomeações AJ: 223545

> Nomeações urgentes AJ: 52348

Departamento Jurídico

Competências

a) Prestar assessoria no âmbito dos assuntos e matérias diversas da competência do Bastonário e do Conselho Geral;

b) Assegurar resposta aos pedidos de informação aos Cidadãos que solicitem a intervenção do Bastonário ou do Conselho Geral;

c) Assegurar resposta aos pedidos de Advogados, Advogados Estagiários e Sociedades de Advogados, que requeiram a intervenção do Bastonário ou do Conselho Geral;

d) Emitir informações e pareceres sobre matérias diversas que lhe sejam submetidas pelo Bastonário, Vice-Presidentes ou pelos Vogais do Conselho Geral;

e) Apresentar propostas de procedimento e elaborar projectos de resposta no âmbito de assuntos confiados pelo Bastonário, Vice-Presidentes ou pelos Vogais do Conselho Geral;

f) Proceder à organização, sistematização e publicação em Diário da República da regulamentação

aprovada pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados;

g) Prestar assessoria aos diversos Departamentos do Conselho Geral, no quadro do desenvolvimento da respectiva actividade;

h) Análise e estudo das decisões proferidas pelos órgãos disciplinares da Ordem dos Advogados, para efeitos, designadamente, de aferição da susceptibilidade de interposição de recurso das deliberações daqueles órgãos;

i) Acompanhamento das matérias inerentes ao registo de inscrição das Sociedades de Advogados, designadamente, apreciação de pactos sociais, registo de constituição de sociedades, registo de alterações de pactos sociais e emissão de certidões de registo;

j) Acompanhamento dos Processos que tramitam no âmbito do Conselho Geral;

l) Prestar assessoria em matéria de relações internacionais;

m) Assegurar as diligências inerentes ao acompanhamento dos Pedidos de Parecer em matéria legislativa requeridos à Ordem dos Advogados;

n) Assegurar as diligências inerentes ao procedimento de regularização de quotas em atraso;

o) Articulação com os Mandatários da Ordem dos Advogados, e com os diversos órgãos e serviços da Ordem, no que respeita ao acompanhamento de processos judiciais em que a Ordem seja parte, designadamente, impugnação contenciosa de actos administrativos praticados pelos órgãos da Ordem, bem como, da regulamentação emergente dos diversos dos órgãos da O.A.;

p) Assegurar o exercício do mandato forense em representação da Ordem dos Advogados no âmbito de alguns dos processos judiciais em que a Ordem dos Advogados seja parte.

I. Sociedades de Advogados

No ano de 2019 foram proferidas 61 decisões referentes a projectos de pactos sociais de Sociedades de Advogados a constituir, tendo sido inscritas no Conselho Geral, no decurso do ano, 50 novas sociedades, e uma nova Sucursal de Sociedade de Advogados da União Europeia (Alemanha).

Foram registadas 43 dissoluções de Sociedades de Advogados.

Outros registos:

- Constituição de Representação permanente em Portugal de Sucursal de Sociedade de Advogados de Outro Estado Membro da UE (Alemanha): *RÖDL PT RECHTSANWALTSGESELLSCHAFT MBH - SUCURSAL EM PORTUGAL*
- 2 Fusões de Sociedades de Advogados.

Averbamento do depósito do relatório e contas do exercício de 37 sociedades de Advogados, no cumprimento do disposto na al. h), do n.º 2, do artigo 28º da Lei n.º 53/2015, de 11 de Junho.

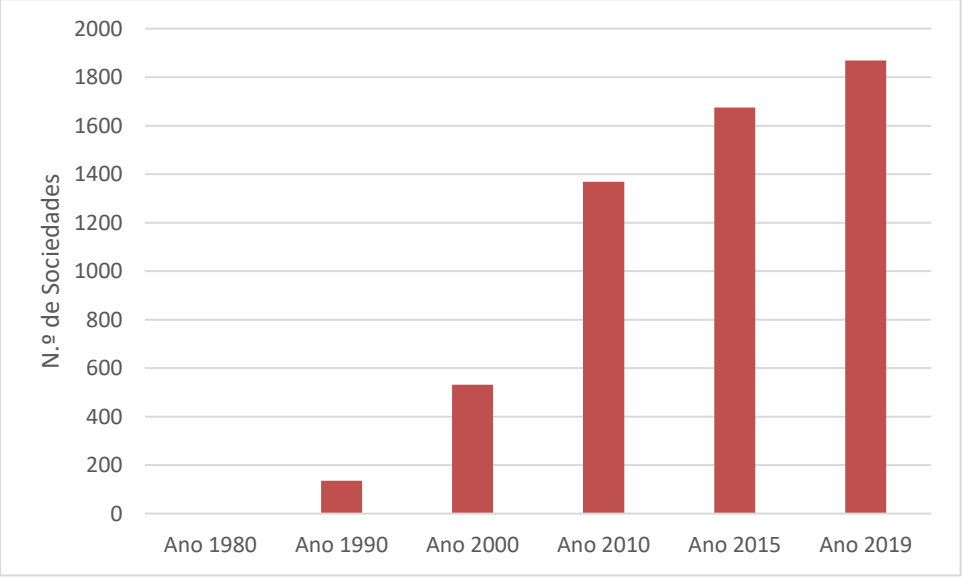
Relativamente aos averbamentos realizados às Sociedades de Advogados existentes, deve ainda salientar-se que procederam à alteração dos seus contratos 277 sociedades, tendo sido realizado o competente registo de inscrição.

Tendo sido efectuados um total de 408 registos de inscrição de Sociedades de Advogados.

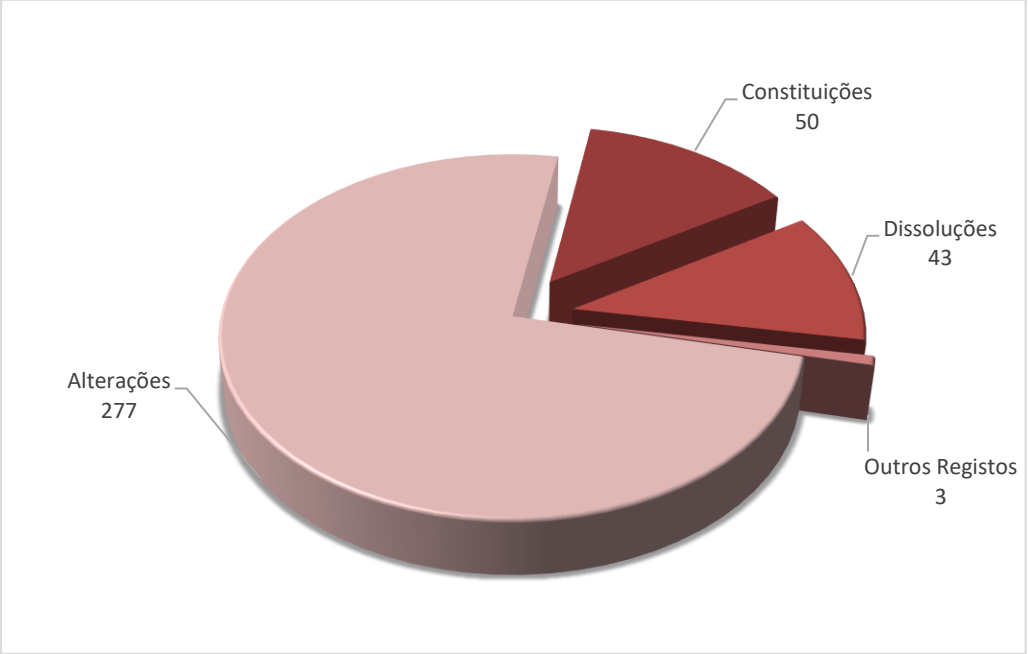
No ano civil de 2019 foram emitidas um total de 758 certidões, distribuídas da seguinte forma: 458 Certidões de Registos; e 300 Certidões Avulsas.

Evolução do nº de Sociedades de Advogados

A primeira sociedade civil de Advogados foi constituída a 16 de Junho de 1980, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 503-Q/79, de 26 de Dezembro. A 31 de Dezembro de 2019 encontram-se activas 1295 Sociedades de Advogados.



Actos praticados no âmbito das Sociedades de Advogados no ano de 2019



Transcrição de registos de Sociedades de Advogados

No segundo semestre de 2019 teve início projecto de informatização dos procedimentos relativos aos registos de inscrição e dos registos dos averbamentos das Sociedades de Advogados, tendo sido determinado, concomitantemente, o cancelamento do procedimento de registo manuscrito nos Livros de registo das Sociedades de Advogados.

Assim, desde Setembro de 2019, todos os registos de averbamentos subsequentes ao registo de inscrição das sociedades de Advogados são executados em suporte informático.

Subsequentemente será efectuada a inserção da Certidão actualizada no registo da Sociedade de Advogados, constante do registo no SiNOA – Sistema de Informação Nacional da Ordem dos Advogados, de molde a que, num futuro próximo, possa ser emitida, através da área reservada do portal da Ordem dos Advogados, uma certidão de registo da sociedade.

Até 31 de Dezembro de 2019 foram transcritos 300 registos de Sociedades de Advogados, entre as quais as sociedades com o maior número de averbamentos de registo.

II. Actividade Processual – Processos do Conselho Geral

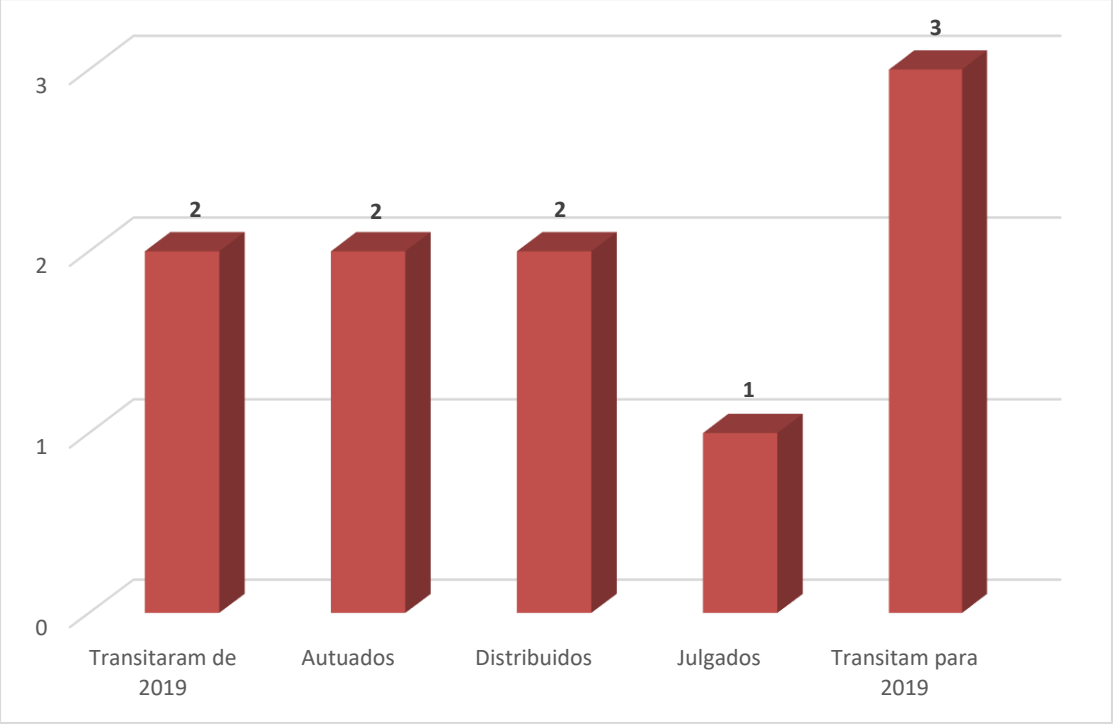
Desenvolvimento das diligências inerentes ao acompanhamento dos Processos que tramitam no âmbito do Conselho Geral, designadamente:

- Processos de Atribuição e de Confirmação de Especialidades;
- Processos de inscrição de Juristas de Reconhecido Mérito;
- Recursos de inscrição;
- Recursos interpostos das decisões sobre escusas e dispensas de patrocínio oficioso;
- Recursos hierárquicos de Decisões diversas emergentes dos órgãos da Ordem dos Advogados;
- Processos de Parecer;
- Prestação ocasional de serviços de Advogados provenientes de outros Estados Membros da União Europeia.

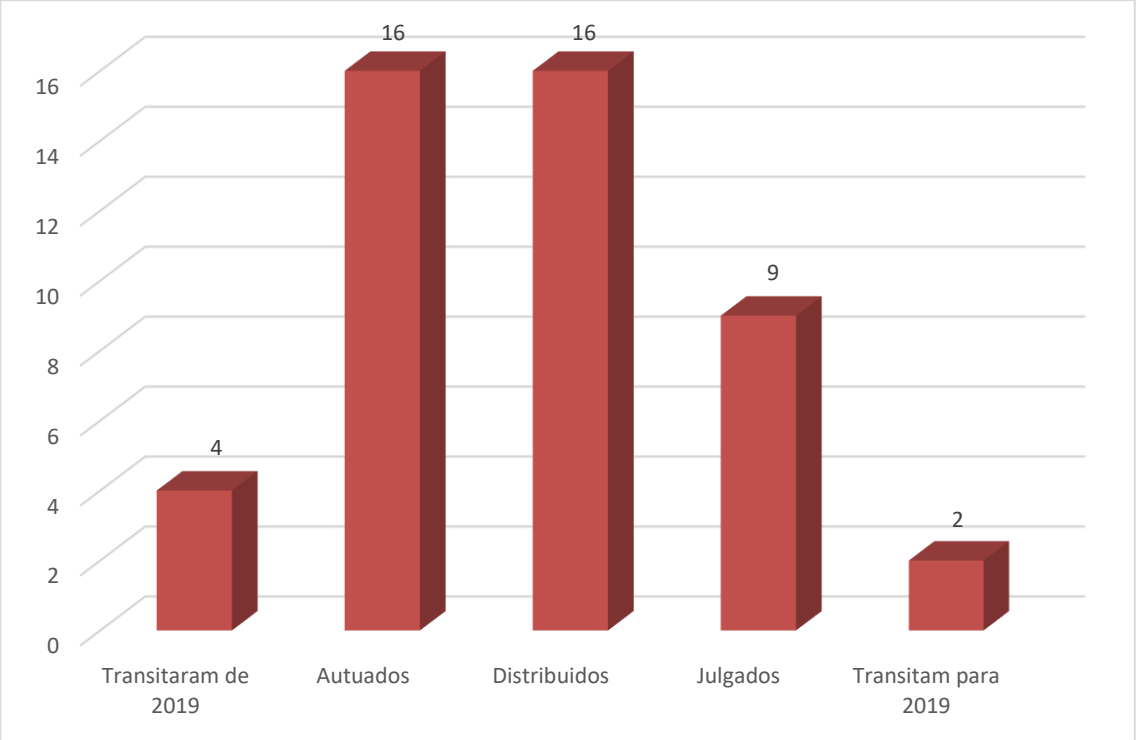
Prestação ocasional de serviços

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 204.º e 205.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, no ano de 2019, foram apresentadas ao Conselho Geral, 9 comunicações, referentes a prestações ocasionais de serviços profissionais de Advocacia em Portugal, por Advogados da União Europeia.

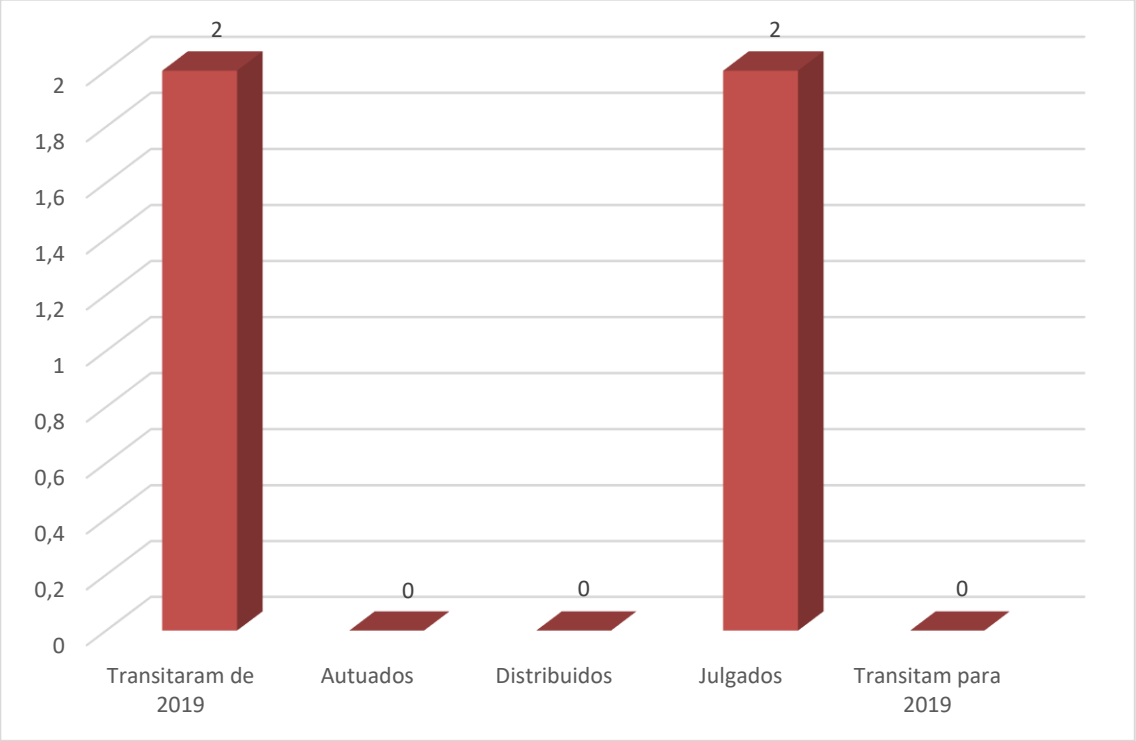
Processos de Reconhecimento de Especialidade



Processos de Confirmação de Especialidade

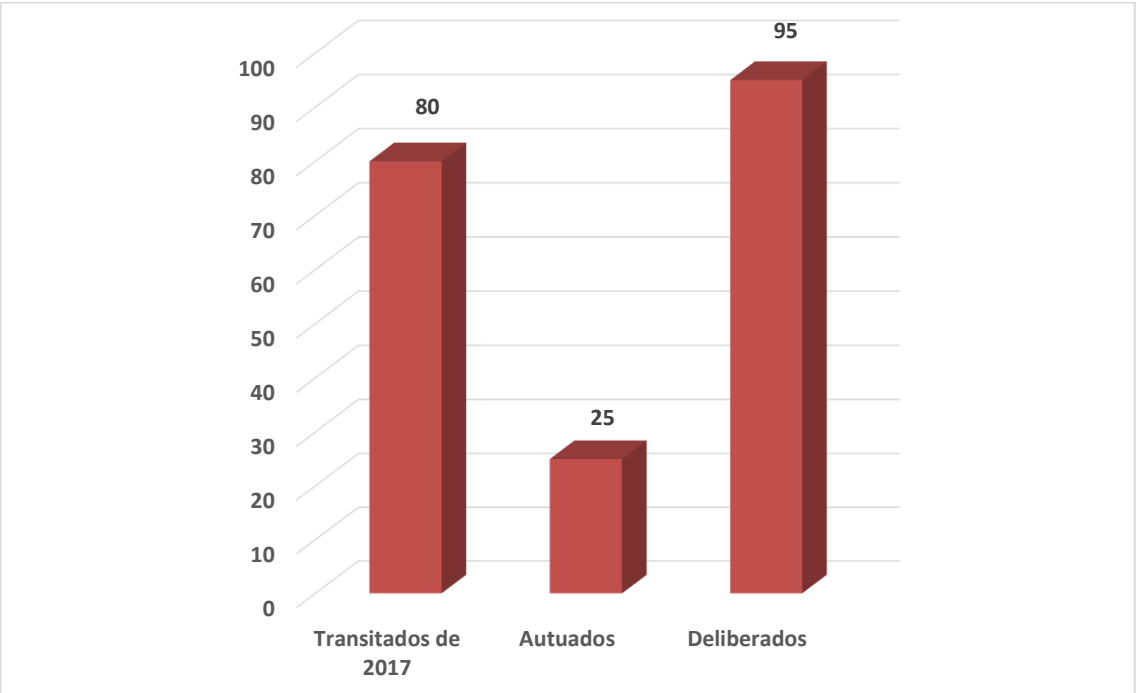


Processos de Inscrição de Juristas de Reconhecido Mérito

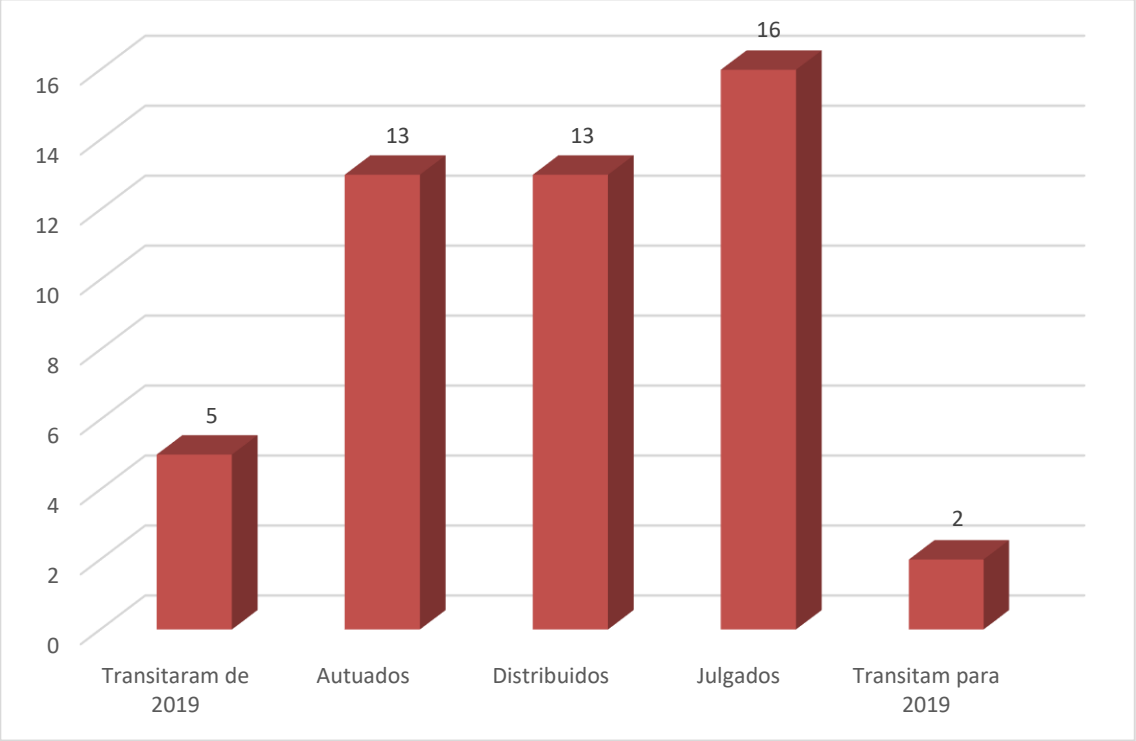


Processos de Parecer

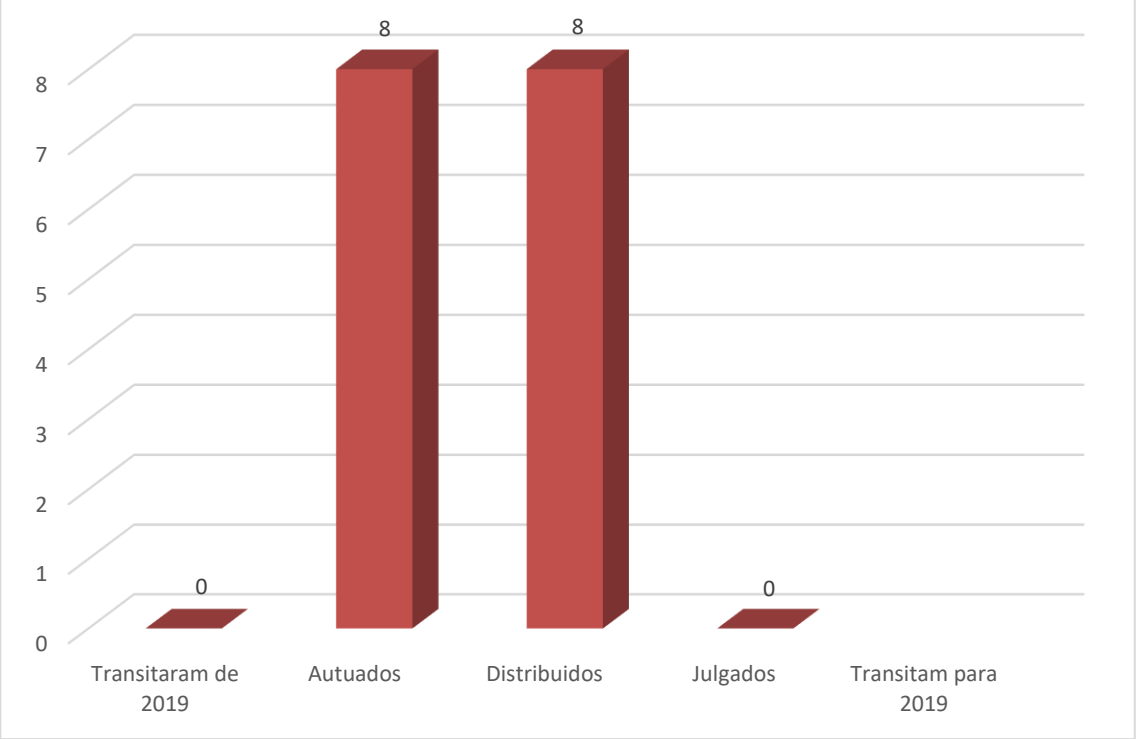
No que concerne aos processos de Parecer, durante o ano de 2019, deram entrada, e foram autuados 25 novos Processos de Parecer, tendo sido aprovados por deliberação do Plenário do Conselho Geral, 95 Pareceres. Transitam para o ano civil de 2020, 10 processos de Parecer.



Processos de Recurso de Inscrição



Processos de Recurso de Acesso ao Direito



III. Propostas de Decisão – Processo Regulamentar

> Foi assegurado o acompanhamento das deliberações e regulamentação diversa aprovada pelo Conselho Geral, junto dos diversos serviços e Conselhos da OA;

> Elaboração de diversas informações correspondentes a propostas de procedimento e/ou decisão do Bastonário ou de deliberação do Conselho Geral;

> Redacção e envio de todos os actos correspondentes a deliberações, despachos e regulamentação diversa aprovada pelo Conselho Geral, que careçam de publicação obrigatória na 2.ª série do Diário da República;

> Análise e apresentação de propostas de decisão no âmbito de recursos hierárquicos e/ou reclamações, de decisões de órgãos da OA;

> Elaboração de diversas propostas de decisão no âmbito de processos de atribuição e de reconhecimento de Especialidades

> Análise de requerimentos diversos apresentados por Advogados, Advogados Estagiários, Sociedades de Advogados, Particulares, Tribunais, Conservatórias, Órgãos de polícia criminal, etc.

IV. Acompanhamento de Processos Judiciais

> Articulação com os Mandatários da Ordem dos Advogados no âmbito de processos judiciais em que a Ordem seja parte, com excepção dos processos judiciais, cuja causa de pedir seja conexa com matéria de natureza disciplinar, os quais são acompanhados pelo Departamento de Processos.

No ano de 2019 deram entrada, um total de 94, processos judiciais, sendo que 63 se reportam a acções judiciais, cuja causa de pedir se reporta a matéria de natureza não disciplinar.

> Acompanhamento, em articulação com os Mandatários da OA, do processo atinente à cobrança coerciva de penas de multa aplicadas, pelos diferentes órgãos disciplinares, e não cumpridas de forma voluntária e tempestiva.

> No âmbito do exercício do mandato forense em representação da Ordem dos Advogados, desde o mês de Janeiro de 2019 a Dezembro de 2019, foram acompanhados pelo Departamento Jurídico, um total de 50 processos judiciais:

Em sede de contencioso administrativo: 32

A. Acções administrativas: 24 processos

- Impugnação de actos: 17
- Responsabilidade Civil Extracontratual por Actos de Gestão Pública: 6
- Condenação à prática de acto legalmente devido: 1

Em sede de contencioso cível: 1 processo

- Acção de processo comum

B. Processos urgentes: 8 processos

- Processo cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo: 3
- Intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias: 5

Em sede de processo penal: 18 processos

- Processos relacionados com a) Patrocínio concedido pela Ordem dos Advogados; b) Queixa/Constituição de assistente/pedido de indemnização civil por denúncias formuladas junto da Ordem dos Advogados.

V. Apreciação de Requerimentos – Informações Diversas

> Durante o ano de 2019, foram registadas cerca de 4800 entradas de expediente, relativas a matérias diversas, distribuída ao Departamento Jurídico;

> Foram recepcionadas pelo Departamento Jurídico, aproximadamente, 1500 mensagens de correio electrónico;

> No âmbito da análise e acompanhamento do expediente distribuído ao Departamento, foram apreciadas e apresentadas propostas de procedimento e elaboração da correspondente resposta, tendo, nesse contexto, sido gerados, pelo Departamento Jurídico, 497 ofícios em suporte documental, e em suporte digital, aproximadamente, 1400 mensagens de correio electrónico, no âmbito de matérias diversas, designadamente, acesso à profissão; Estágio; Inscrição na Ordem; Exercício da profissão; Deontologia profissional; Registo de actos dos Advogados; Alterações de estados de inscrição; seguro de responsabilidade civil profissional; Sociedades de Advogados; levantamento de

suspensões administrativas ou disciplinares; Pagamentos em prestações de quotas vencidas e/ou penas de multa em razão de pena disciplinar aplicada, etc.

> Articulação com os serviços dos Conselhos Regionais e dos Conselhos de Deontologia, no âmbito de matérias diversas;

> Elaboração de minutas de contratos de trabalho e outros contratos de prestação de serviços;

> Prestação de informações e esclarecimentos diversos, presenciais e telefónicos a Advogados, Advogados Estagiários e Cidadãos em geral, e sendo o caso, encaminhamento dos mesmos, para os diferentes serviços e/ou órgãos da Ordem.

> Desenvolvimento das tarefas inerentes ao acompanhamento da execução do Contrato de Seguro de Grupo de Responsabilidade Civil Profissional, contratado pela Ordem, e do qual, são beneficiários todos os Advogados com inscrição em vigor.

> Acompanhamento e assessoria às diversas Assembleias-Gerais da Ordem dos Advogados, bem como, a elaboração das correspondentes Actas.

>Prestação de assessoria à Comissão Eleitoral no âmbito do processo eleitoral para os órgãos da Ordem dos Advogados;

> Em articulação com os Departamentos Editorial e de Informática, organização do acto eleitoral e do processo de votação electrónica para os órgãos da Ordem.

VI. Articulação com os Órgãos Disciplinares

> Análise, tratamento e conclusão de 3.150 distribuições referentes notificações dos diversos órgãos disciplinares da Ordem dos Advogados que compreendem, entre outros: Acórdãos, Despachos, comunicações de trânsito em Julgado, Interposições de Recurso, Emissão de Certidões e Editais, etc.

> Articulação com os serviços dos Conselhos de Deontologia para a uniformização quanto ao:

a) Modelo único de relatórios trimestrais;

b) Notificação ao Bastonário dos acórdãos (em sede de apreciações liminares, processos de inquérito e disciplinares), trânsitos em julgado, cumprimento e execução de penas, etc.

>Envio de actos correspondentes a deliberações e despachos emergentes dos órgãos disciplinares da OA, que careçam de publicação obrigatória no portal e/ou no Boletim da Ordem dos Advogados, em articulação com o Departamento Administrativo e Departamento Editorial;

>Análise das decisões proferidas pelos órgãos disciplinares da OA para efeitos, designadamente, de aferição da susceptibilidade de interposição de recurso das deliberações daqueles órgãos.

VII. Processo Legislativo - Pedidos de Parecer

Desenvolvimento das diligências inerentes ao acompanhamento dos Pedidos de Parecer em matéria Legislativa que tramitam no Conselho Geral, nomeadamente, no Gabinete de Política Legislativa.
A 31 de Dezembro de 2019 encontravam-se registados, aproximadamente, 100 pedidos de parecer.

VIII. Procedimento Extraordinário de Regularização de Quotas em Atraso (PERQA) – Execução Fiscal

- Articulação com o Departamento Financeiro relativamente a todos os pedidos de Acordo de Confissão de Dívida e pagamento de quotas em Prestações remetidos por Advogados no ativo ou com a inscrição suspensa;
- Nesta conformidade, o Departamento Financeiro procedeu ao envio das comunicações efetuadas com os requerentes para posterior contacto pelos serviços do Departamento Jurídico e elaboração do correspondente Acordo de pagamento de dívida em prestações e respetivo ofício resposta;
- Remessa dos Acordos aos serviços do Departamento Financeiro, para emissão de certidão de dívida (parte integrante do Acordo) e respetiva expedição;
- No ano de 2019 foram redigidos, 220 Acordos de Confissão de Dívida e Pagamento em Prestações.

IX. Instauração de Processo de Execução Fiscal

No ano de 2019, nos termos do disposto n.º2 do art.º 181 do EOA, foram interpelados para pagamento de quotas em dívida à Ordem dos Advogados cerca de 1700 Advogados quer com inscrição em vigor, quer com inscrição suspensa ou cancelada.
Após a emissão do respetivo aviso para pagamento, procedeu-se ao controlo dos prazos correspondentes e findo esses prazos, em caso de não pagamento ou pedido de celebração de acordo de confissão de dívida e pagamento em prestações, foi desencadeada a correspondente execução (artigo 180.º, n.º4, do EOA).
A minuta de certidão de dívida de quotas, que constitui título executivo (n.º4 do art.180 EOA), foi devidamente adaptada às situações em concreto, após o qual, procedeu-se à inserção das certidões na plataforma da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), acompanhadas do preenchimento manual de todas as linhas de quotas em dívida, para efeitos de contagem de juros.
Foram desencadeados 732 processos de execução fiscal.
Face a esta vicissitude, da obrigatoriedade de inserção manual das linhas de quota na plataforma da Autoridade Tributária, houve a necessidade de proceder à afectação temporária de dois

colaboradores externos, para a respetiva inserção manual.
Foram ainda desencadeadas diversas diligências junto da Autoridade Tributária com vista ao desenvolvimento do sistema *web service* de modo a permitir uma maior celeridade e eficácia na partilha de dados entre ambas as entidades.

Foram analisadas cerca de 200 exposições no âmbito desta matéria, (reclamações de crédito, invocação de prescrição, perdões de dívida, pedidos de suspensões com efeitos retroactivos, etc).

Na sequência das oposições à execução apresentadas pelos Advogados executados, em sede de pronúncia, nos termos do disposto no art.º 208 do CPPT, foram apresentadas cerca de 84 pronúncias pela Ordem das Advogados junto da Autoridade Tributária.
As oposições à execução que não findaram aquando da pronúncia pela Ordem dos Advogados junto da Autoridade Tributária foram remetidas para o Mandatário da OA, cerca de 30, de modo a serem desencadeadas as diligências subsequentes junto dos respetivos Tribunais Administrativos e Fiscais.

X. Relações Internacionais

Durante o ano de 2019, foram registadas, aproximadamente, 330 entradas de expediente, referentes a pedidos de informação sobre diversas matérias, designadamente, matérias estatutárias, solicitação de respostas a questionários provenientes da Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, da Autoridade da Concorrência, da OCDE, do CCBE, Ordens ou Entidades congéneres, pedidos de tradução de documentos/textos por parte da Senhora Vogal do Conselho Geral com o Pelouro das Relações Internacionais e do Bastonário, bem como, respostas a convites institucionais.
Destaca-se o apoio da OA aos Advogados Filipinos, através da UIA e o relatório anual da *European Company Lawyers*, o Protocolo Internacional de Apoio Colegial e o Congresso do CCBE com a Fédération des Barreaux d'Europe, bem como, o projecto *European Lawyers in Lesbos*, em colaboração com o Departamento Editorial e de Comunicação.

Departamento de Processos

As actividades inerentes ao Conselho Superior da Ordem dos Advogados, cujas atribuições se encontram consagradas nos Artigos 41º e ss do EOA, são asseguradas pelo Departamento de Processos.

Durante o ano de 2019, realizaram-se 11 reuniões do Plenário do Conselho Superior.

No que diz respeito às Secções do Conselho Superior, foram realizadas um total de 42 reuniões, distribuídas da seguinte forma:

Primeira Secção – 12

Segunda Secção – 18

Terceira Secção – 12

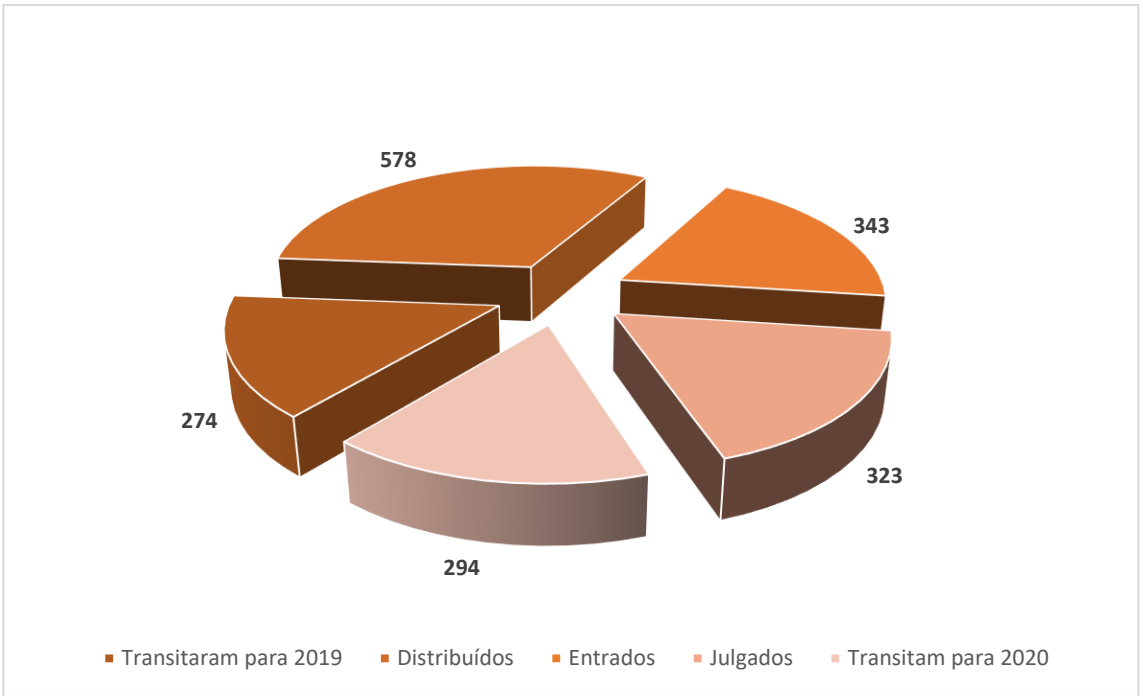
No âmbito das tarefas desenvolvidas pelos serviços do Departamento de Processos foram gerados e expedidos um total de 4025 ofícios.

Durante o ano civil de 2019, foram registadas um total de 4053 entradas, relativas a expediente distribuído ao Departamento de Processos.

Tendo sido proferidos pelo Senhor Presidente do Conselho Superior, aproximadamente,155 Despachos.

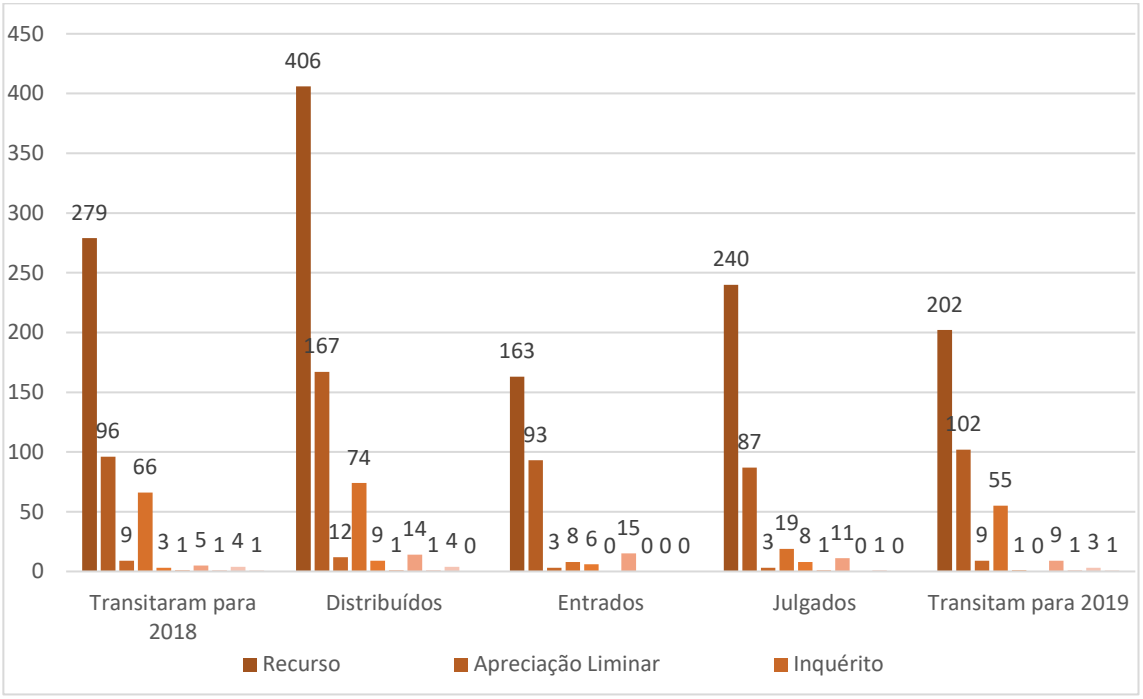
No que concerne ao Movimento de Processos do Conselho Superior, verifica-se que, durante o ano de 2019, deram entrada um total de 631 Processos, a que correspondem 343 Processos de Laudo e 288 Processos referentes a acção disciplinar.

Laudos: Movimento processual



Durante o ano de 2019, foram julgados um total de 692 Processos, correspondentes a 323 Laudos e 369 processos de acção disciplinar.

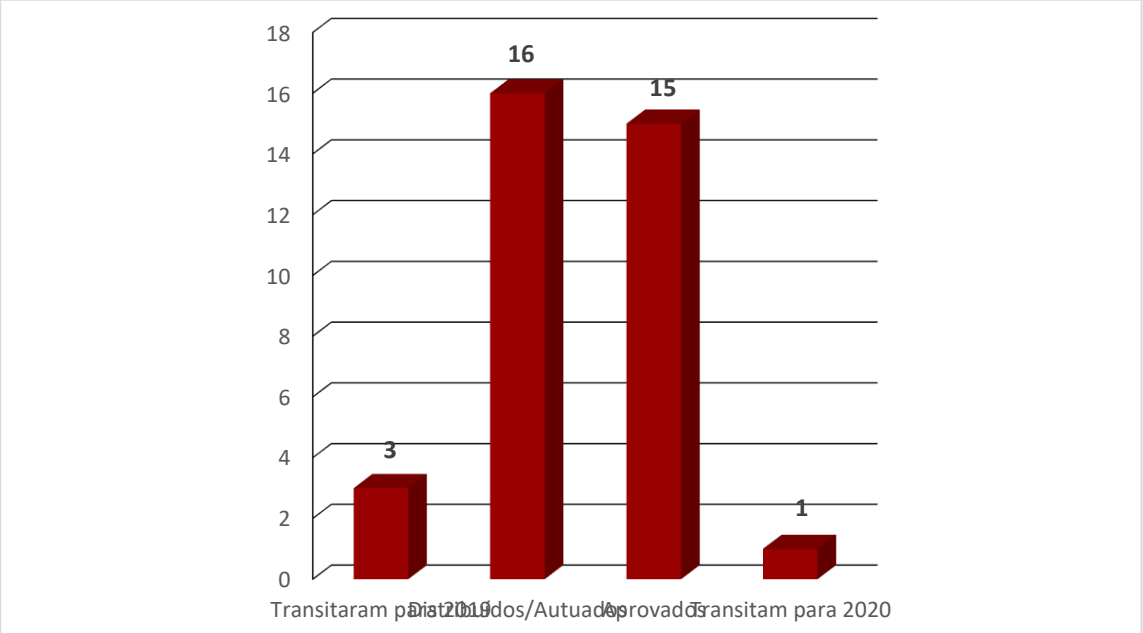
Acção Disciplinar: Movimento processual



Conselho Geral

No que respeita ao acompanhamento de Processos de Recurso que tramitam no Conselho Geral, compete ao Departamento de Processos, assegurar as diligências inerentes à tramitação dos Processos de Recurso de Sigilo Profissional.

Recursos de Sigilo Profissional



Acompanhamento de Processos Judiciais

Articulação com os Mandatários da O.A. em todos os processos judiciais em que a Ordem seja parte, cuja causa de pedir seja conexa com matéria disciplinar, v.g. acções administrativas, providências cautelares, intimações, etc...

No ano de 2019 deram entrada, 31 processos judiciais respeitantes a acções de contencioso disciplinar.

Gabinete do Bastonário

O Gabinete do Bastonário é a estrutura de apoio ao Bastonário e aos Membros do Conselho Geral que assegura o secretariado, o atendimento telefónico, a recepção e expedição de correspondência, bem como o acompanhamento das reuniões plenárias do Conselho Geral e das diversas reuniões realizadas com Advogados, com outros órgãos da Ordem dos Advogados e com entidades externas no âmbito da actividade desenvolvida.

SERVIÇOS DE APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Na estrutura organizativa do Conselho Geral não se encontram identificados serviços de apoio aos órgãos sociais, com definição detalhada de competências e atribuições. Neste contexto estes serviços são prestados através das competências dos diversos departamentos do Conselho Geral de acordo com

a sua área de especialidade e atribuições próprias.

SERVIÇOS DE APOIO A COMEMORAÇÕES E EVENTOS

Na estrutura organizativa do Conselho Geral não se encontram identificados serviços de apoio aos órgãos sociais, com definição detalhada de competências e atribuições. Neste contexto estes serviços são prestados através das competências dos diversos departamentos do Conselho Geral de acordo com a sua área de especialidade e atribuições próprias.

REORGANIZAÇÃOO INTERNA

Das diversas medidas tomadas neste contexto, merecem destaque as adoptadas no âmbito da Contratação Pública e do Controlo Interno.

Contratação Pública [Planeamento e Controlo orçamental]

No seguimento das medidas de reorganização interna já iniciadas em 2018, no âmbito da Contratação Pública e do Controlo Interno, desenvolveu-se a criação de um Departamento que fosse responsável pela implementação destas matérias, mas que fosse mais abrangente ainda, incluindo também o controlo orçamental e o planeamento jurídico e financeiro da contratação de todos os serviços necessários ao funcionamento do Conselho Geral e às atividades e eventos da Ordem dos Advogados que estejam programadas ou que se verifique necessário programar.

Principais responsabilidades do referido Departamento:

1. Planeamento dos processos de aquisição de todos os Departamentos do CG:
    - Bens;
    - Serviços;
    - Empreitadas.

2. Enquadramento dos processos de aquisição nas normas do Código dos Contratos Públicos.

3. Controlo Orçamental dos processos de aquisição (despesa):
    - Adequação da gestão contratual à previsão orçamental;
    - Planeamento orçamental em função dos compromissos contratuais assumidos;

- Implementação de medidas necessárias perante desvios orçamentais determinados pela execução orçamental feita pela Contabilidade.

No ano de 2019, o Departamento embrionário, denominado Departamento de Planeamento e Controlo Orçamental, realizou:

- 590 ajustes diretos simplificados, cerca de 20% com consulta preliminar ao mercado para procura de melhor relação preço/qualidade;
- 26 ajustes diretos;
- 4 consultas prévias;
- 2 concursos públicos;
- 403 procedimentos de aquisição que estão excluídos do âmbito de aplicação do CCP, mas têm procedimentos internos necessários para que ocorra a autorização da despesa;
- 243 processos relativos a laudos.

O que se pretende para 2020:

- aumentar o número de procedimentos concorrenciais, com vista a garantir uma gestão mais eficaz, eficiente e económica dos recursos financeiros e patrimoniais da Ordem dos Advogados;
- implementar a centralização dos procedimentos pré contratuais de determinados bens e serviços a nível nacional, de forma a potencializar as economias de escala que este tipo de procedimentos permite, à luz do que são as recomendações da União Europeia nesta matéria, e em paralelo com o que se faz no restante setor público com reconhecido sucesso.

ACTIVIDADES, COMEMORAÇÕES E EVENTOS NO ÂMBITO DO CONSELHO GERAL

Ao longo do ano o Bastonário representou a OA e esteve presente em diversas iniciativas promovidas por entidades da sociedade civil. Recebeu e reuniu na OA com representantes de diversas instituições, tais como a ANJAP (Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses); o CNED - Conselho Nacional de Estudantes de Direito; os Auditores do CEJ – Centro de Estudos Judiciários; a ANAE - Associação Nacional de Advogados Estagiários; membros do Conselho dos Julgados de Paz; o Presidente da AAFDL - Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; o Presidente do IGFEJ, a APDE-Associação Portuguesa de Direito Europeu, entre outras.

No decurso do ano, face aos temas de actualidade e com impacto no exercício da advocacia, o Bastonário e os membros do Conselho Geral foram por diversas vezes ouvidos em audições parlamentares e reuniram com deputados e grupos parlamentares com assento na Assembleia da República. No âmbito da proposta de Orçamento Geral de Estado, realizaram-se ainda reuniões com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. O Bastonário visitou os Estabelecimentos Prisionais de Paços de Ferreira e Custóias e o Estabelecimento Prisional de Lisboa, tendo reunido com os Directores dos respectivos Estabelecimentos.

O Bastonário participou em inúmeras iniciativas promovidas pelos Conselhos Regionais e pelas Delegações de Ordem dos Advogados, reforçando assim a cooperação institucional.

Em 2019 o Bastonário manteve encontros com Advogados de diversas comarcas do país com o objectivo de melhor conhecer a realidade da advocacia local, ouvir os Colegas, particularmente no que respeita às suas preocupações profissionais, e também para dar conta da actividade mais relevante do Conselho Geral a que preside. Destacam-se a inauguração da nova sede da Delegação de Vila Nova de Famalicão, o Bastonato de Proximidade em Santa Maria da Feira, a presença na Homenagem aos Advogados da Comarca de Paredes, a participação nas comemorações do Dia do Advogado em Vila Real e na Homenagem Póstuma ao Advogado José Pereira Coutinho.

No contexto das relações internacionais de assinalar a participação do Bastonário no XI Congresso dos Advogados São-tomenses subordinado ao tema “Advocacia ao serviço da Justiça”, no qual fez uma intervenção sobre “Das incompatibilidades e o exercício da Advocacia”; a reunião realizada na sede da Ordem dos Advogados, com a Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça da Região Administrativa Especial de Macau, na qual estiveram presentes Carlos de Campos Lobo, Assessor da Senhora Secretária para a Administração e Justiça, e Carmen Chung, Subdirectora da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, entre outros colaboradores dessa Direcção; a participação na conferência promovida pela Ordem dos Advogados de Cabo Verde dedicada ao tema “Lavagem de capitais nas jurisdições dos países da CPLP, alguns aspetos controversos”.

Salienta-se a atribuição ao Bastonário da Medalha de Honra da Associação Nacional dos Advogados da Ucrânia, na Embaixada da Ucrânia em Portugal.

Assim como a atribuição do Diploma de Sócio Honorário da Sociedade Histórica da Independência de Portugal à Ordem dos Advogados, por deliberação da respectiva Assembleia Geral de 11 de Abril de 2019.

No âmbito dos eventos realizados pelo Conselho Geral destacamos

Conferência de São Domingos "Alojamento Local: Tensões e Desafios"

No dia 14 de Março o Bastonário esteve presente na Conferência de São Domingos dedicada ao "Alojamento Local: Tensões e Desafios", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, com o objectivo de reflectir e discutir a actual realidade do Alojamento Local, que, por um lado, um dos principais responsáveis pela retoma económica e pela dinamização do mercado imobiliário, e, por outro lado, nos coloca perante a necessidade da sua regulação face aos seus impactos no ordenamento do território e no urbanismo, nas relações de condomínio, no mercado da habitação e do arrendamento e no setor do turismo tradicional. As sessões tiveram por temas - Alojamento local, ordenamento do território, urbanismo e construção; Alojamento local e cidades; Alojamento local e turismo. Galeria de fotos As diversas intervenções estão disponíveis no canal YouTube da OA

XI Convenção das Delegações da Ordem dos Advogados

A XI Convenção das Delegações decorreu nos dias 4 e 5 de Abril, em Setúbal, com o tema "O papel das Delegações na dignificação do exercício da Advocacia", numa organização conjunto do Conselho Geral, Conselho Regional de Évora e Delegação de Setúbal.

Congresso sobre a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e os Protocolos Adicionais

O Congresso decorreu nos dias 4, 5 e 6 de Junho na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e contou com a participação de mais de 100 oradores.

O Congresso foi uma iniciativa promovida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados Guilherme Figueiredo e o Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos Professor Catedrático Paulo Pinto de Albuquerque. A Sessão de Encerramento do Congresso contou com a presença e intervenção do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Principais intervenções disponíveis aqui

Livro "Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais"

Na sequência do Congresso a Universidade Católica Editora, com o apoio da Ordem dos Advogados, do Ministério da Justiça e da Fundação Calouste Gulbenkian, editou o livro "Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais" com a coordenação científica do Professor e Juiz do TEDH, Paulo Pinto de Albuquerque, apresentada a 22 de Novembro, por ocasião dos 41º Aniversário da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, no Auditório António de Almeida Santos, na Assembleia da República.

O Conselho Geral da OA promoveu ainda, em 2019, diversos eventos dos quais se destacamos:

15 de Janeiro | Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial | O Bastonário participou na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial Discurso disponível aqui

25 de Janeiro I Conferência Advocacia e Legislação sobre Branqueamento de Capitais I A conferência promovida pelo Gabinete de Política Legislativa decorreu no Salão Nobre com as intervenções Maître Didier Botge, da Ordem dos Advogados de Genebra, e António Henriques Gaspar, Presidente Emérito do Supremo Tribunal de Justiça. A moderação esteve a cargo de Ana Rita Duarte de Campos e a abertura do Presidente do Gabinete de Política Legislativa, José António Barreiros, tendo sido encerrados os trabalhos pelo Bastonário Guilherme Figueiredo. Galeria de fotos

23 de Janeiro I Lançamento do "Comentário ao Regulamento Geral de Proteção de Dados" I A apresentação da obra da autoria de Alexandre Sousa Pinheiro, Cristina Pimenta Coelho, Tatiana Duarte, Carlos Jorge Gonçalves e Catarina Pina Gonçalves, teve lugar no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, numa sessão presidida por Rita Maltez, Vogal do Conselho Geral, e que contou com a presentação do Encarregado de Proteção de Dados da Ordem dos Advogados, Mário João de Brito Fernandes.

10 de Abril | Debate "Violências de Género?" | A Comissão para a Igualdade de Género e Violência Doméstica promoveu o debate "Violências de Género?" no Salão Nobre da OA, com a intervenção de abertura do Bastonário Guilherme Figueiredo. O debate contou ainda com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro. Galeria de fotos

Ciclo de Formação FGDA – OA sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos | Dando continuidade ao protocolo de cooperação institucional entre a Ordem dos Advogados e a Fundação GDA, realizaram-se ao longo do ano diversas sessões de formação sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos nas Delegações da Ordem dos Advogados de Braga, Viseu, Almada, Barreiro, Santarém e Guarda.

19 de Maio | Dia do Advogado em Santarém

As Comemorações do Dia do Advogado 2019 decorreram em Santarém nos dias 18 e 19 de Maio. A sessão solene contou com as intervenções do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves, do Presidente da Delegação de Santarém, Ramiro Matos, do Presidente do Conselho Regional de Évora, Carlos Florentino, do Presidente do Conselho Fiscal, Jorge Bacelar Gouveia, do Presidente do Conselho Superior, Luís Menezes Leitão, e do Bastonário da Ordem da Advogados, Guilherme Figueiredo.

Durante a sessão foram atribuídas as Medalhas de Ouro aos antigos Bastonários da Ordem dos Advogados António Gabriel Osório de Castro, Augusto Lopes Cardoso e Júlio de Castro Caldas. As Medalhas de Honra foram atribuídas aos Advogados Álvaro Correia de Pina, Álvaro Moreira, Amadeu J. Morais, Amílcar de Melo, Castanheira Neves, Duarte Pinheiro, Fernando Fragoso Marques, Fernando Lobo do Amaral, João Soares da Silva *(a título póstumo)*, João Vaz Rodrigues, José António Martins Leitão, José de Freitas, José Teixeira, Luís Saragga Leal, Maria Clara Lopes, Paulo Gouveia e Silva, Pedro Pais de Almeida, Seguro Pereira, Sertório Barona *(a título póstumo)*, Vasco Vieira de Almeida, Vera Adão e Silva, Vítor Borges da Ponte e Vítor Faria.

Foram distinguidos com a Medalha Comemorativa dos 50 anos de inscrição os Advogados A Dias Ferreira, A Pinto Vaz, A Teixeira, António Bica, António d´Orey da Cunha, António dos Reis, António Lopes Marcelo, António Moniz Palme, António Mota Prego, António Neto Brandão, António Pequito Cravo, Artur Lopes Cardoso, Campos Rosa, Capelo de Sousa, César Besa Monteiro, David Ribeiro, Emanuel Jardim Fernandes, F A Cunha de Sá, Fernando Cabrita, Ivo da Silva, J M Dias Silva, João Luis Rodrigues, João Norberto da Palma Carlos, José Arez Romão, José Cobra Ferreira, Luis Laureano Santos, Manuel Pinto Ferreira, Maria Adelaide Barroso, Maria da Luz de Carvalho, Maria Isabel Andrade e Silva, Maria José Menéres Pimentel, Miguel João Rodrigues Bastos, Nuno Pinto da Costa Lumbrales, Paulo Gouveia e Silva, Silva Lopes e Sílvio Carvalho Santos. Galeria de fotos disponível aqui

Seminário Proteção Eficaz de Crianças Refugiadas e Migrantes em Portugal | A Ordem dos Advogados acolheu o Seminário Proteção Eficaz de Crianças Refugiadas e Migrantes em Portugal promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em conjunto com o Conselho da Europa (CoE).

27 de Junho | Lançamento do livro Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda | Realizou-se no Salão Nobre o lançamento do livro "Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda". A apresentação do livro contou com a intervenção do Bastonário da Ordem dos Advogados, do Professor José Manuel Lebre de Freitas, de Diogo Xavier da Cunha e de Agostinho Pereira de Miranda.

3 de Julho I Apresentação do livro "Em Defesa dos Direitos Fundamentais"

O Bastonário Guilherme Figueiredo presidiu à sessão de apresentação do livro: "Em Defesa dos Direitos Fundamentais" da autoria do professor Paulo Pinto de Albuquerque, no Museu do Aljube. A apresentação da obra ficou a cargo do Juiz Conselheiro António Henriques Gaspar e do Historiador José Pacheco Pereira. Vídeo da sessão de apresentação disponível aqui

Campanha Setembro Dourado | No âmbito da responsabilidade social, a Ordem dos Advogados Portugueses associou-se à "Acreditar" neste Setembro Dourado, mês da sensibilização para o cancro infantil, campanha com o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. Consultar aqui

Ciclo de Formação OA e AIPPI | Marcas, Patentes e Segredos de Negócio: as Novidades na Lei

No âmbito do protocolo celebrado entre a OA e a AIPPI decorreu em Lisboa, a 11 de Setembro, a primeira sessão do Ciclo de Formação da OA e da AIPPI (Associação Internacional para a Protecção da Propriedade Intelectual), com a temática Marcas, Patentes e Segredos de Negócio: as Novidades na Lei. Com intervenções do Bastonário da Ordem dos Advogados e do Presidente da AIPPI Portugal. O Conselho Regional do Porto acolheu uma sessão sobre o tema a 16 de Outubro.

26 de Setembro | Conferência Inteligência Artificial, A Justiça do Futuro – Agora

A Ordem dos Advogados, a Universidade Lusófona e a PSIJUS – Associação para a Intervenção Juspsicológica promoveram uma Conferência sobre Inteligência Artificial, A Justiça do Futuro –

Agora, no Auditório Agostinho da Silva, da Universidade Lusófona em Lisboa. O Bastonário da OA e o Reitor da Universidade Lusófona intervieram na sessão de abertura.

30 de Setembro | Colóquio Direitos Humanos | Sistema Prisional Português. Reflexões

A Comissão dos Direitos Humanos, Questões Sociais e do Ambiente promoveu um colóquio dedicado ao Sistema Prisional Português. O Bastonário Guilherme Figueiredo participou na sessão de abertura do Colóquio Direitos Humanos que foi encerrado pelo Presidente da CDHOA, Paulo Saragoça da Matta. O colóquio decorreu no Salão Nobre da Ordem dos Advogados.

3 de Outubro | Colóquio "Portugal cumpre os Direito das Crianças"

O colóquio dedicado ao tema "Portugal cumpre o Direito das Crianças?" foi organizado pela Comissão para a Igualdade de Género e Violência Doméstica e contou com moderação de Isabel Cunha e Gil e Joana Salazar. O colóquio integrou quatro painéis de oradores subordinados aos temas "As Crianças Refugiadas e o Direito de Asilo", "As Crianças das Minorias", "Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens" e "A Criança e os Tribunais".

18 de Outubro I Medalha de Honra da Ordem dos Advogados I O Conselho Geral da Ordem dos Advogados deliberou atribuir a Medalha de Honra ao Professor Catedrático e Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Paulo Pinto de Albuquerque.

23 de Outubro | Apresentação "Estudos em Homenagem a Rui Pena"

A Ordem dos Advogados recebeu a apresentação pública da obra "Estudos em Homenagem a Rui Pena", com coordenação de Rui Machete, José Matos Correia, Agostinho Pereira de Miranda, Pedro Neto e Nuno Pena. O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa presidiu à Cerimónia, que contou com a intervenção do Bastonário da Ordem dos Advogados, a apresentação da obra por Rui Machete e pelo filho do homenageado Nuno Pena.

54º Congresso FBE | Conferência Conjunta CCBE-FBE

A cidade de Lisboa foi a cidade escolhida para receber o 54º Congresso FBE, que se realizou entre 24 e 26 de Outubro, tendo a Ordem dos Advogados sido anfitriã ao apoiar a organização do evento.

7 de Novembro | Apresentação do livro "O Homem que acusou Deus"

A Comissão para as Letras e as Artes da Ordem dos Advogados acolheu, no Salão Nobre, o lançamento do livro do Advogado Pedro Guerreiro Cavaco "O Homem que acusou Deus". A obra, que tem a edição da Paulus Editora e da Multinova, teve a apresentação de Henrique Monteiro e do Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada.

9 de Dezembro | Sessão Comemorativa do 71º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos - "Prémio Angelo d'Almeida Ribeiro" 2019

A Ordem dos Advogados, e a Comissão dos Direitos Humanos, Questões Sociais e do Ambiente entregou o **"**Prémio Angelo d'Almeida Ribeiro" 2019 ao activista pelos direitos dos refugiados, Miguel Duarte. A distinção inseriu-se na Sessão Comemorativa do 71º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi presidida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados e teve a presença do Vice-Presidente da CDHOA, João Barroso e, ainda, do filho do Bastonário emérito Angelo d'Almeida Ribeiro.

16 de Dezembro I Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados I O Conselho Geral da Ordem dos Advogados portugueses deliberou a atribuição da Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados ao Advogado José António Barreiros, em reconhecimento dos seus percursos profissional, cívico e cultural únicos e da elevação e empenho no exercício de funções, em diversas ocasiões, na Ordem dos Advogados.

19 de Dezembro | IX Jornadas do IAD | Encontro dos Advogados do CRL

A IX edição das Jornadas do IAD – Encontro dos Advogados do CRL decorreu no Salão Nobre da Ordem dos Advogados. Teve a participação do Bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo e do Presidente do Instituto de Acesso ao Direito (IAD), Mário Diogo, na abertura da sessão.

Estas jornadas foram subordinadas ao tema Arrendamento Urbano: alterações ao código civil e ao NRAU, e tiveram como oradora a Advogada, Teresa Letras.

Benefícios dos Advogados

Iniciativa da OA, nacional e local, que promove a celebração de parceiras com entidades terceiras estabelecendo condições mais vantajosas para os Advogados na aquisição e acesso a bens e serviços. As propostas de parceria são acompanhadas pelo Conselho Geral e pelos

Conselhos Regionais territorialmente competentes. Em 2019 mantiveram-se as diversas parceiras em áreas como a saúde, a prestação de serviços de apoio médico, ópticas, hotéis, ginásios, campos de férias, escolas, entre outras, tendo sido renovadas e melhoradas as condições oferecidas aos Advogados, entre as quais se destacam protocolo com a C. Santos Veículos e Peças, Representantes da Mercedes, . Cambridge School, Campos de Férias MyCamp, grupo Eurosol Hotels, grupo Vila Galé e Termas de Monfortinho.

PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Protocolo de Cooperação entre a OA e o Grupo Português da AIPPI | O Bastonário da Ordem dos Advogados e o Presidente da Direcção da AIPPI celebraram a 5 de Fevereiro um protocolo de cooperação com o obejctivo de estabelecer uma cooperação no quadro das áreas de intervenção da AIPPI, tendo em vista contribuir para um complemento de formação dos Advogados na área da Propriedade Industrial, nomeadamente sobre a nova legislação relativa à Propriedade Industrial.

Protocolo de Cooperação entre a OA e a ESPAP | A Ordem dos Advogados celebrou o Protocolo de Cooperação entre a OA e a ESPAP-Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.

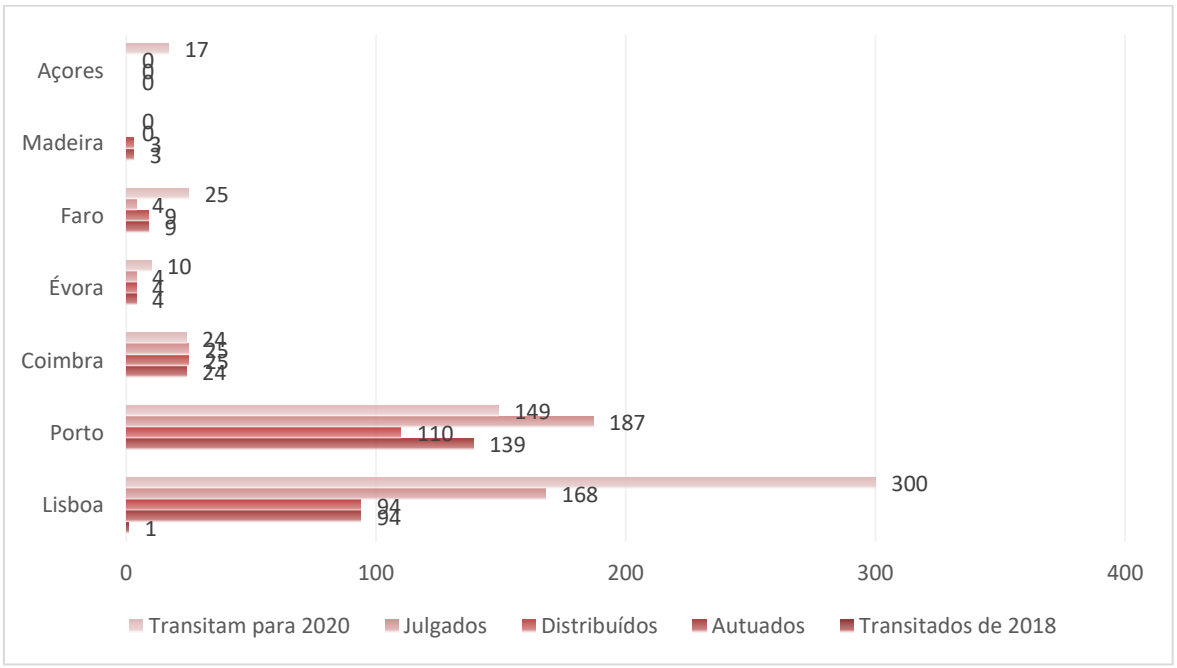
Protocolo de Cooperação entre a Ordem dos Advogados e a "ComDignitatis" | O Bastonário da Ordem dos Advogados e a Presidente da Direcção da ComDignitatis - Associação Portuguesa para a Promoção da Dignidade Humana celebraram a 10 de Abril um protocolo de cooperação com o objectivo de promover o desenvolvimento de eventos e formação no âmbito da Justiça Amiga nas escolas.

Protocolo Internacional de Apoio Colegial a Advogados | A Ordem dos Advogados, representada pelo Vice-Presidente do Conselho Geral, celebrou um "Convénio" com o Consejo General de la Agogacia Española (CGAE) e outras Ordens a 10 de Maio, que visa a cooperação institucional entre as diferentes Ordens com vista a garantir aos Advogados membros de outras organizações a protecção que é conferida aos Advogados da respectiva Ordem.

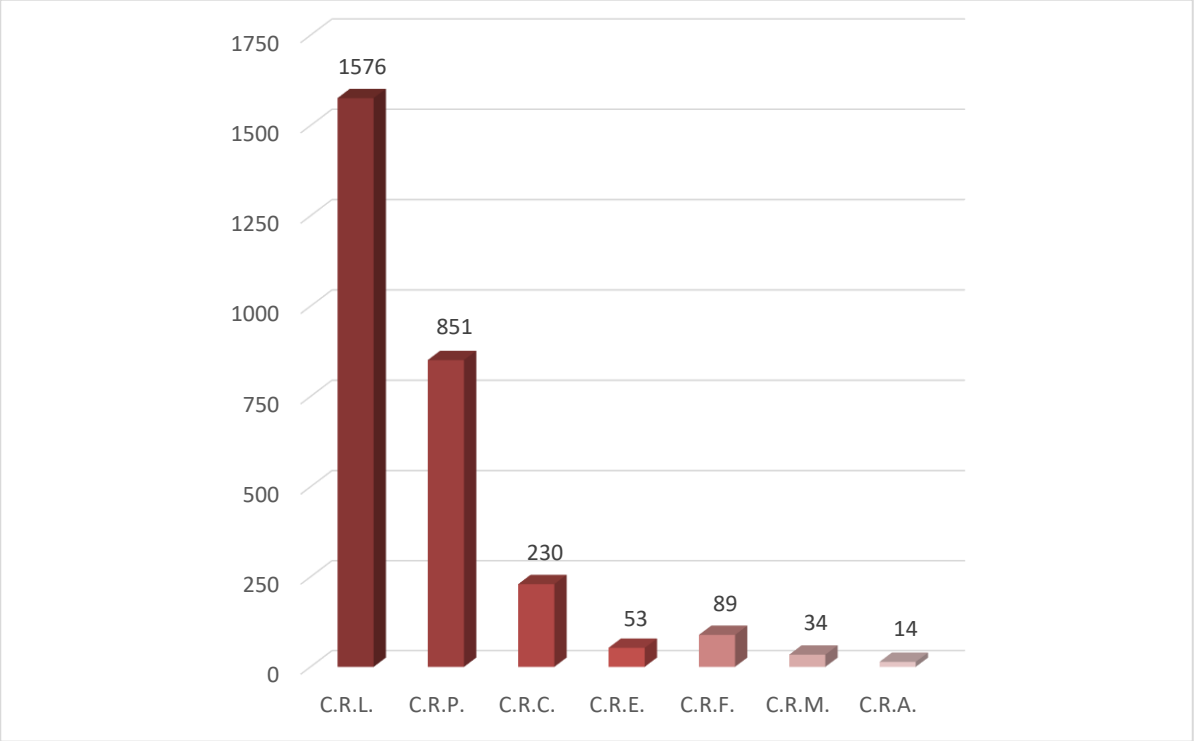
CONSELHOS REGIONAIS

Os Conselhos Regionais têm as suas competências territoriais consagradas no Artigo 54º do EOA. Integra-se aqui quadro representativo apenas de 2 dessas competências.

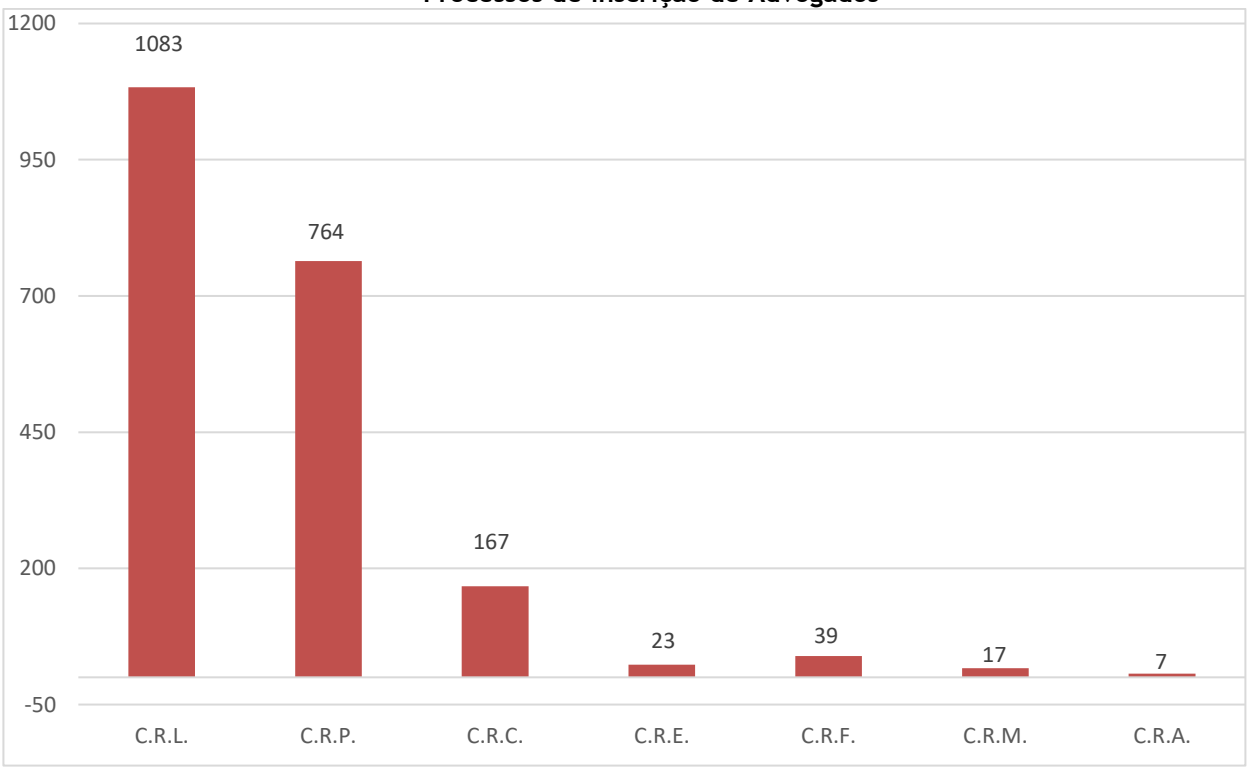
Processo de Procuradoria Ilícita



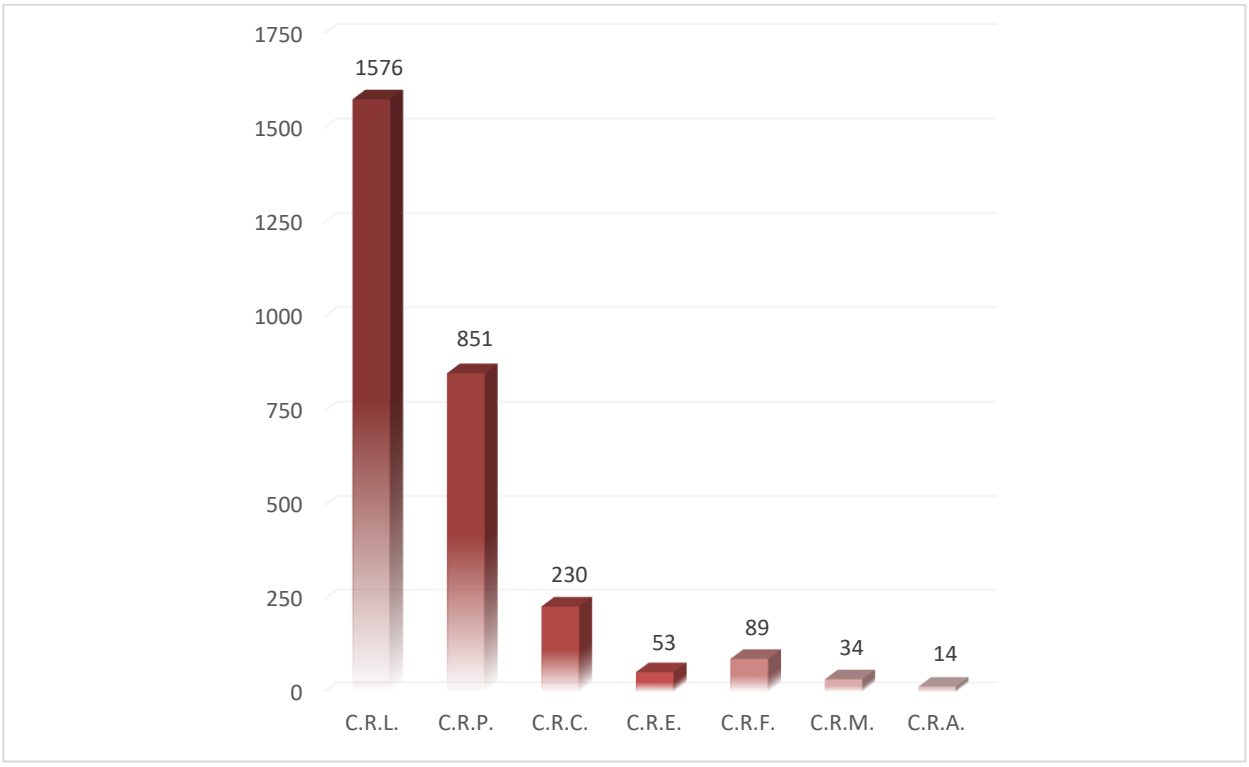
Processo de inscrição de Advogado de Estagiários



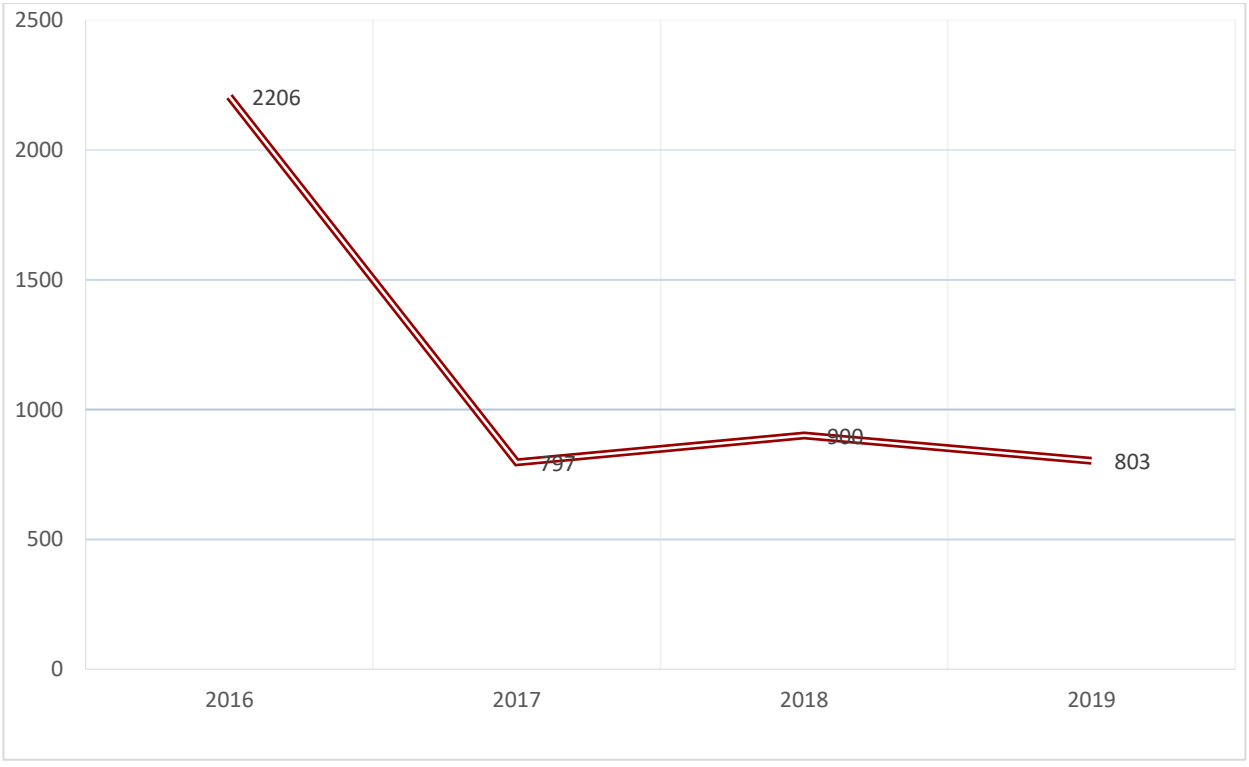
Processos de inscrição de Advogados



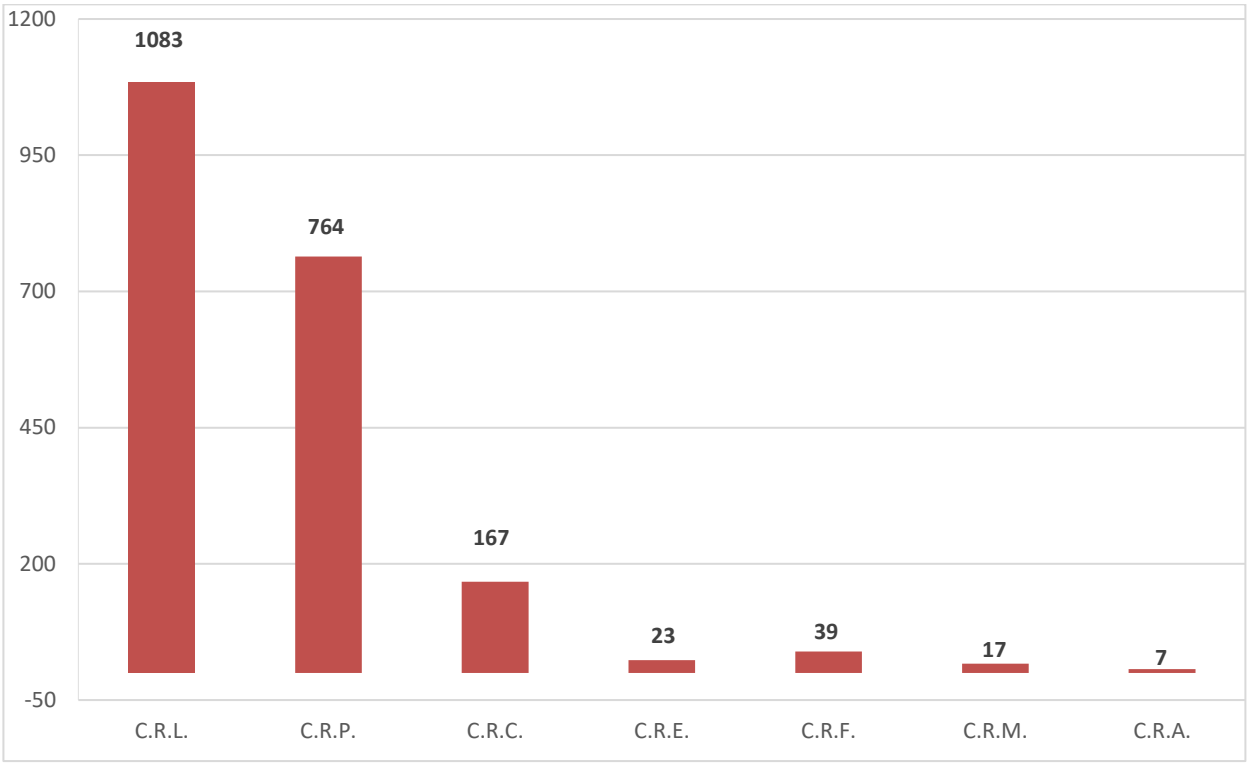
Advogados Estagiários por Conselho Regional



Evolução de Advogados Estágiários



Inscrição de novos Advogados por Conselho Regional

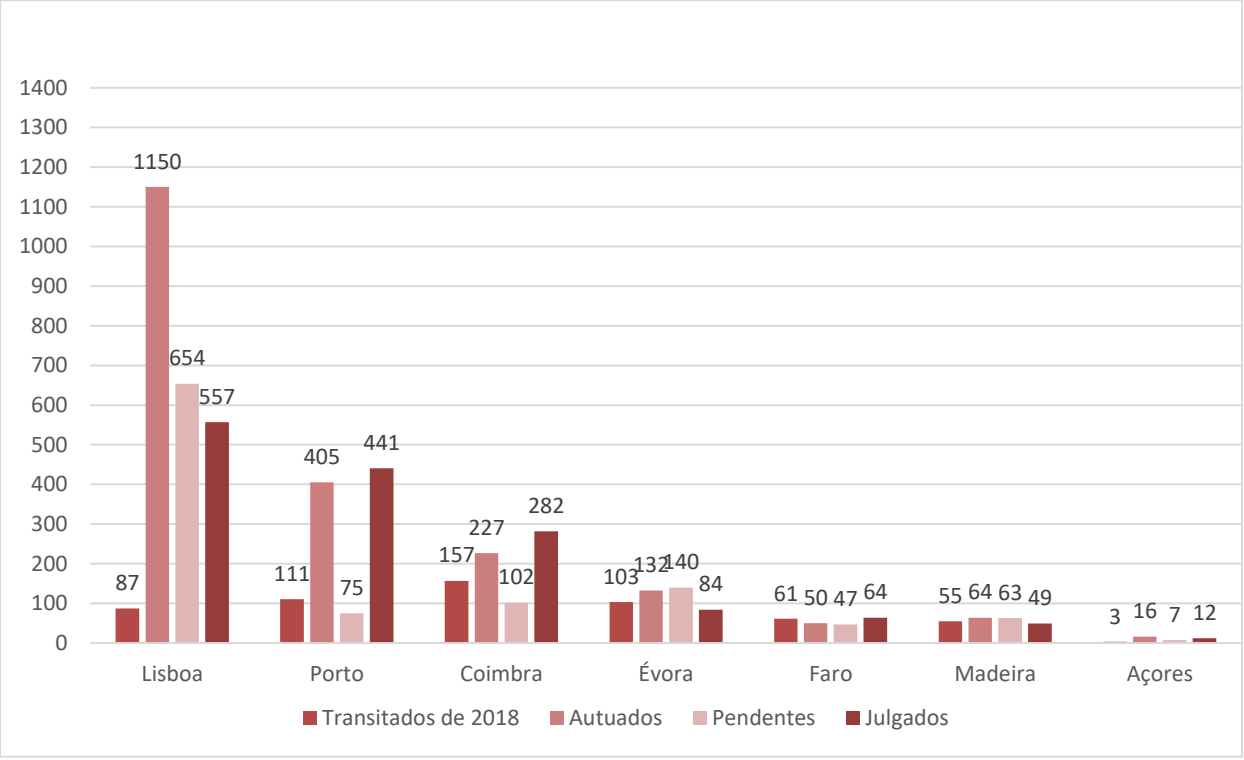


CONSELHOS DE DEONTOLOGIA

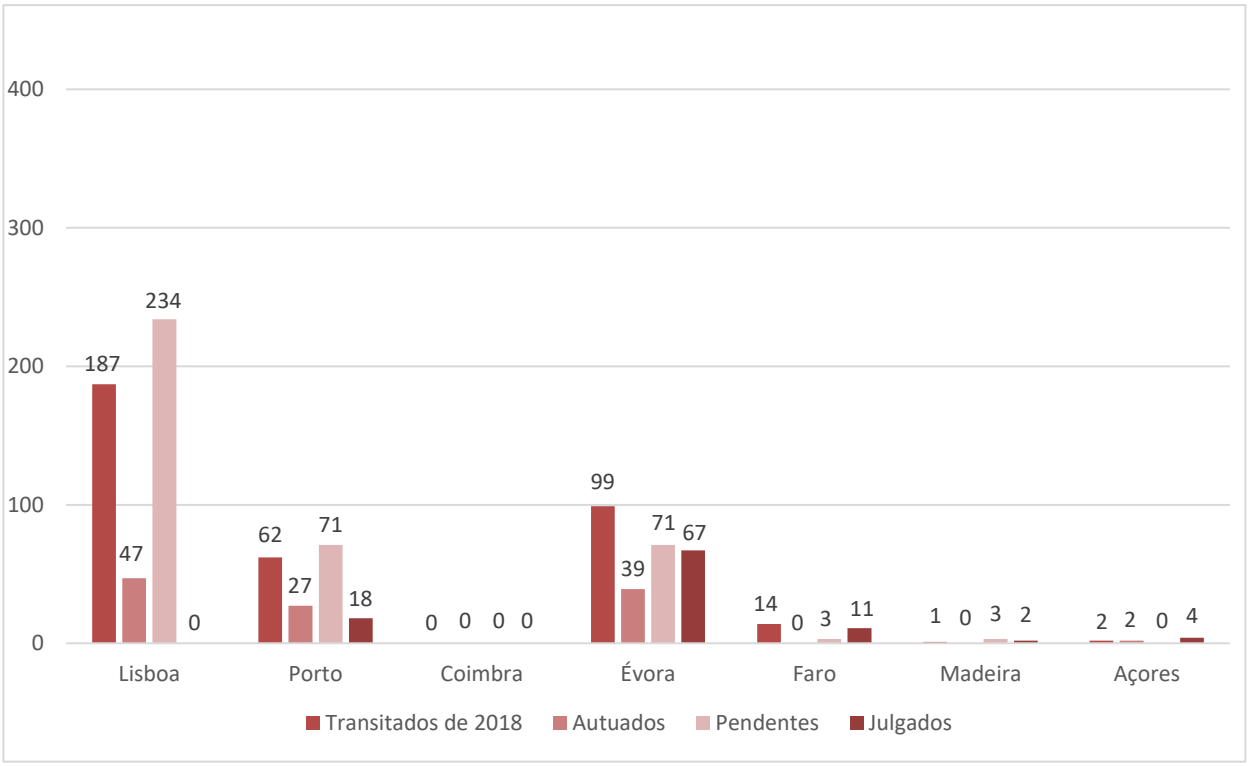
Nos termos do EOA, compete aos Conselhos de Deontologia, entre outras, atribuições, *"Exercer o poder disciplinar em primeira instância e instruir e julgar os processos de averiguação de inidoneidade para o exercício da profissão relativamente aos advogados e advogados estagiários com domicílio profissional na área da respetiva região, com exceção dos casos em que estas competências são atribuídas ao conselho superior, nos termos do disposto no artigo 44.º".*

O Artigo 130º, nº 1 do EOA enumera as sanções disciplinares: Advertência; Censura; Multa de quantitativo até ao valor da alçada dos tribunais de comarca; Multa de quantitativo entre o valor da alçada dos tribunais de comarca e o valor da alçada dos tribunais de Relação ou, no caso de pessoas coletivas, o valor do triplo da alçada da Relação; Suspensão até 10 anos; e Expulsão.Os quadros representados indicam a actividade mais relevante dos Conselhos de Deontologia

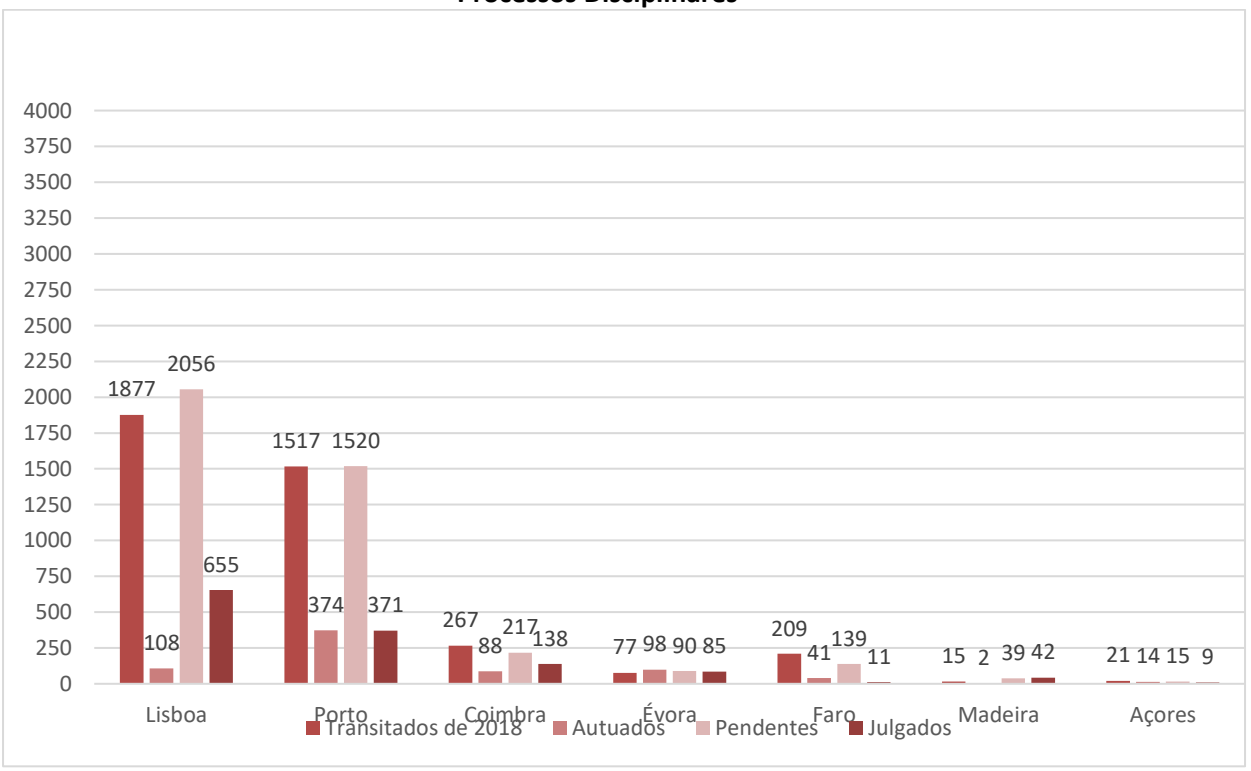
Processos de Apreciação Prévia



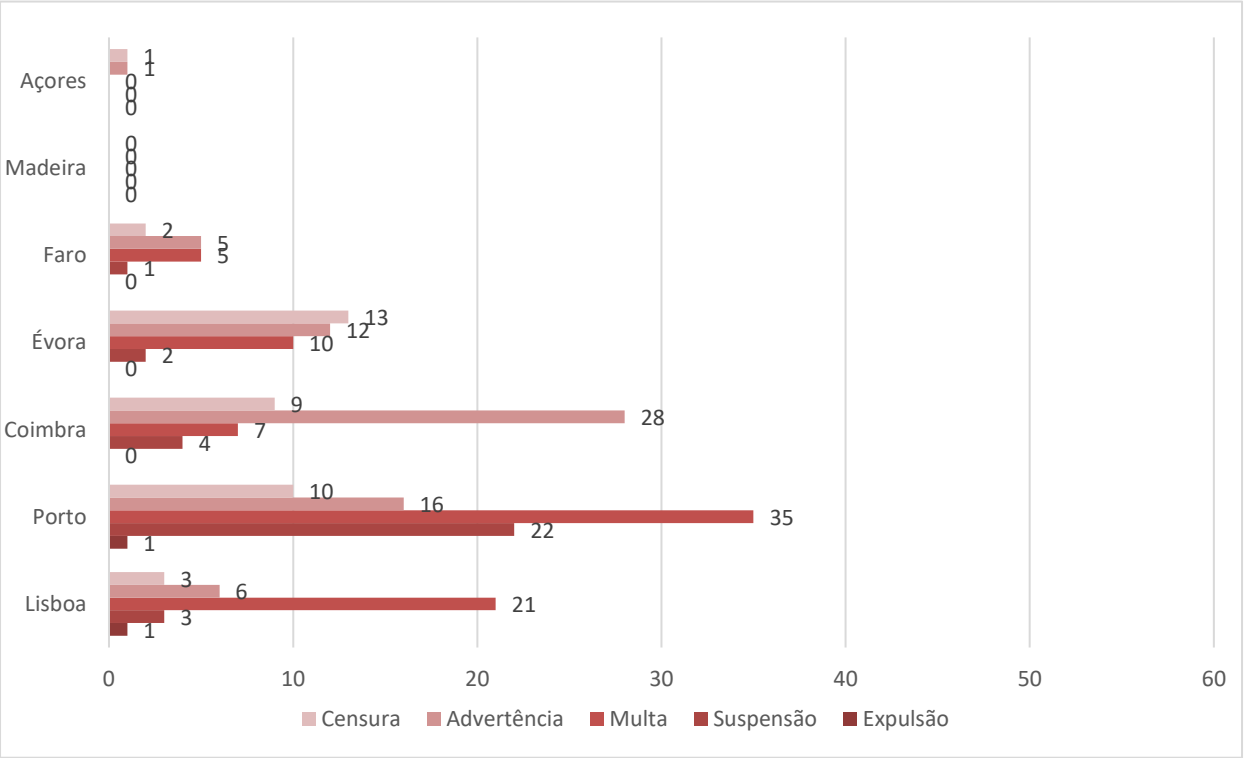
Processo de Inquérito



Processos Disciplinares



Sanções disciplinares aplicadas



DELEGAÇÕES E AGRUPAMENTO DE DELEGAÇÕES

Delegações e Agrupamentos Mapa disponível https://portal.oa.pt/ordem/orgaos-da-ordem/delegacoes/	
	Conselho Regional do Porto Alfândega da Fé; Alijó; Amarante; Amares; Arcos de Valdevez; Armamar; Arouca; Baião; Barcelos; Boticas; Braga; Bragança; Arco de Baúlhe; Caminha; Carrazeda de Ansiães; Castelo de Paiva; Castro Daire; Celorico de Basto; Chaves; Cinfães; Espinho; Esposende; Estarreja; Fafe; Felgueiras; Gondomar, Guimarães; Lamego; Lousada; Macedo de Cavaleiros; Maia; Marco de Canaveses; Matosinhos; Melgaço; Mesão Frio; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Moimenta da Beira; Monção; Mondim de Basto; Montalegre; Murça; Oliveira de Azeméis; Ovar; Paços de Ferreira; Paredes; Paredes de Coura; Penafiel; Peso da Régua; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Varzim; Resende; Sabrosa; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; S. João da Madeira; S. João da Pesqueira; Tabuaço; Moncorvo; Vale de Cambra; Valença; Valongo, Valpaços, Viana do Castelo; Vieira do Minho; Vila do Conde; Vila Flor; Vila Nova de Cerveira; Vila Nova de Famalicão; Vila Nova Gaia; Vila Pouca Aguiar, Vila Real; Terras de Bouro; Vimioso; Vinhais. **Total de Advogados Inscritos: 10 979**
	Conselho Regional de Coimbra Águeda; Albergaria-a- Velha; Alcanena; Alcobaça; Alvaiázere; Almeida; Anadia; Ansião; Arganil; Aveiro; Cantanhede; Castelo Branco; Celorico da Beira; Coimbra; Condeixa-a-Nova; Covilhã; Ferreira do Zêzere; Figueira da Foz; Figueira de Castelo Rodrigo; Figueiró dos Vinhos; Fornos de Algodres; Fundão; Gouveia; Guarda; Idanha-a-Nova; Ilhavo; Leiria; Lousã; Mangualde; Marinha Grande; Mealhada; Mêda; Mira; Montemor-o-Velho; Nazaré; Nelas; Oleiros; Oliveira de Frades; Oliveira do Bairro; Oliveira do Hospital; Ourém; Penacova; Penamacor; Penela; Pinhel, Pombal; Porto de Mós; Sabúgal; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Seia; Sertã; Sever do Vouga; Soure; Tábua; Tomar; Tondela; Torres Novas; Trancoso; Vagos; Vila Nova de Foz Côa; Viseu; Vouzela **Total de Advogados Inscritos: 3792**
	Conselho Regional de Lisboa Alenquer; Almada; Amadora; Barreiro; Benavente; Bombarral; Cadaval; Caldas da Rainha; Cascais; Loures; Lourinhã; Mafra; Moita; Montijo; Oeiras; Peniche; Rio Maior; Seixal; Sesimbra; Sintra; Torres Vedras; Vila Franca de Xira. **Total de Advogados Inscritos: 15394**

	Conselho Regional de Évora Abrantes; Alcácer do Sal; Almeirim; Almodôvar; Arraiolos; Alcórrego; Beja; Cartaxo; Castelo de Vide; Coruche; Cuba; Elvas; Entroncamento; Estremoz; Évora; Ferreira do Alentejo; Fronteira; Golegã; Grândola; Mação; Mértola, Montemor-o-Novo; Moura; Nisa; Odemira; Ourique; Ponte De Sôr; Portalegre; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Santarém; Santiago do Cacém; Serpa; Setúbal; Vila Viçosa. *Agrupamentos de Delegações*: Abrantes; Beja; Évora; Portalegre; Santiago do Cacém; Setúbal; Santarém. **Total de Advogados Inscritos: 1343**
	Conselho Regional de Faro Albufeira; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; Silves; Tavira; Vila Real de Santo António. **Total de Advogados Inscritos: 1101**

ACTIVIDADES, COMEMORAÇÕES E EVENTOS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS E DELEGAÇÕES

O Artigo 54º e ss do EOA elencam as competências dos Conselhos Regionais, entre as quais salientamos à actividade desenvolvida pelos Centros de Estágio, as incumbências no âmbito do Acesso ao Direito, os pedidos de dispensa de sigilo profissional.

No âmbito das suas atribuições na formação inicial e contínua dos Advogados e Advogados estagiários, os Conselhos Regionais e as Delegações da Ordem dos Advogados promovem diversas actividades no âmbito da formação e esclarecimento dos Advogados e actualização de conhecimentos e competências para o exercício da Advocacia.

As actividades promovidas encontra-se disponíveis quer nos sites próprios de cada órgão e nas redes sociais, quer nos relatórios anuais, submetidos à aprovação da assembleia regional o orçamento e o plano de actividades para o ano civil seguinte e as contas do ano anterior, bem como o respetivo relatório de actividades.

ACTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELAS COMISSÕES E INSTITUTOS

Em 2018 mantiveram actividade ou tomaram posse as Comissões e Institutos de apoio ao Conselho Geral, os quais têm espaço de divulgação da actividade desenvolvida no portal da OA.

Comissão de Defesa dos Actos Próprios dos Advogados e Solicitadores

> Composição, Regulamento, Noticias e informação revelante disponível aqui

> **Comissão dos Direitos Humanos, Questões Sociais e do Ambiente**, presidida por Paulo Saragoça da Matta

> Informação disponível aqui

Comissão para a Igualdade de Género e Violência Doméstica, presidida por Isabel Cunha Gil

> Informação disponível aqui

Comissão para as Letras e as Artes da Ordem dos Advogados, presidida por Florentino Marabuto

> Informação disponível aqui

Comissão Nacional de Avaliação, presidida por Paulo Duarte

> Relatório de Actividades disponível aqui

Comissão Nacional de Estágio e Formação, presidida por Paulo Duarte

> Relatório de Actividades disponível aqui

Gabinete de Política Legislativa, presidida por José António Barreiros

> Relatório de Actividades disponível aqui

Grupo de Trabalho para a Reforma das Contra-Ordenações, presidida por José António Barreiros

> Informação disponível aqui

Comissão de Redacção do Regulamento Eleitoral, presidida por Luís Paulo Relógio

> Informação disponível aqui

Instituto de Acesso ao Direito, presidida por Mário Diogo

> Relatório de Actividades disponível aqui

Instituto de Apoio aos Jovens Advogados

> Informação disponível aqui

Instituto das Modalidades de Exercício da Advocacia, presidida por Armindo Ribeiro Mendes

> Informação disponível aqui

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSELHO GERAL | Relatório sobre as contas do ano 2019

CONSOLIDADO | Relatório sobre as contas do ano 2019

ANEXOS

[Consultar documentos publicados em anexo]